FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS
E HISTÓRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO
(Com breve estudo sôbre a origem e evolução das capitanias feudais do Norte e Melo Norte)

CARLOS STUDART FILHO

(CONTINUAÇÃO)

XIII — INÍCIO DO POVOAMENTO — NOVOS SOBRESSALTOS

A viagem de Pedro Teixeira, apontando ao povo as possibilidades econômicas da terra, veio dar novos e inesperados impulsos à expansão sertanista na Amazônia.

Sabendo, pelas informações autorizadas dos recém-chegados, que a interlândia era realmente uberrima e promissora, o colonizador, criado no sonho de fortuna fácil, já não pode, conforme lembra um escritor de mérito, contentar-se com os escassos proventos havidos dos cofres públicos ou dos mofinos negócios que surgiam ao acaso.

Insatisfeitos, avassaladores e cheios de fôrça, aventureiros deixam Belém com seu casario pobre e sua vida mesquinha, e, para fugir à penúria e ao desconforto crônico em que todos se debatem, juntos afundam afoitamente na selva inhóspita e misteriosa.

De vistas sófregas, procuram na terra "áspera mas abundante e rica" as propaladas drogas, as especiarias, as árvores aromáticas, a coca e os algodões de que tanto se fala e cuja fama, ecoando de boca em boca, é um novo convite a correrias distantes.

Buscam também ouro, esmeraldas, cristais e pedras raras, riquêsas com que a fantasia audaciosa de Simão Estácio da Silveira se comprazera em semear os confins interiores da Amazônia e a cujo fascínio não podiam ficar imunes os lusos recém-chegados.

Ouro fôra a fôrça que lançara ao sertão os primeiros colonizadores da terra

brasileira. Ouro seria, por isso, igualmente o pensamento que de início assaltou os luso-brasileiros ao tomarem pé nos largos chãos do estuário.

Cem anos de desenganos não tinham bastado para desacreditar a miragem estonteante e irresistível...

Espevitados pela esperança de descobrir minas, os colonos haviam feito uma expedição ao rio dos Pacajás nos primórdios da ocupação.

Em 1651 Bartolomeo Bueno de Ataíde, por ordem real, iria ao rio do Ouro em busca de novas minas.

Voltadas as atenções gerais para o Grande Vale, intenso se fez assim a interiorização em toda a zona costeira do Extremo Norte. E' a expansão sertanista que se intensifica e avulta, obra formidável de heroismo e pertinácia graças à qual um a um iriam sendo revelados ao mundo os grandes e pequenos formadores do Amazonas, e que haveria de prosseguir de maneira ininterrupta durante 300 anos, aproximadamente.

Ao trabalho de devassamento não se seguia, porém, a imediata ocupação efetiva da terra, pois o deslocamento de colonos para as áreas interiores continuava a ser, por toda a parte, pràticamente nulo.

Circunscrita à faixa litorânea, a colonização permaneceria por muito tempo ainda limitada às proximidades de Belém e S. Luís, onde minguados núcleos de condensação humana perdiam-se em imensos vazios demográficos.

No rumo do oeste, a civilização ocidental estacara junto à ilha de Gurupá, onde, por sobre as águas do Rio Mar, debruçava solitário um fortim português.

O forte do Desterro, erigido por Bento Maciel Parente, e a povoação de Cametá, no Tocantins, eram ali os outros precários marcos da dominação portuguêsa.

De nenhum efeito estimulante sôbre o ânimo dos reinos, levando-os a esquecer os perigos das viagens transatlânticas e passar à Amazônia, pareciam resultar os escritos louvaminheiros que, a respeito da nova conquista e de suas opulências, iam sendo divulgados na Península com intuitos de propaganda. (62)

De nada valera também o empenho dos poderes públicos regionais em incentivar a expansão povoadora dos brancos e seus mestiços.

A população era de muito fraca densidade na séde das capitanias do norte e meio-norte e as leis restritivas vigentes no reino faziam débeis as correntes imigratórias que do além-mar para elas derivavam de maneira expontânea; os contin-

(62) Inaugurada, conforme nos mostra Arthur Reis, por André Pereira a literatura de louvores românticos às terras nortistas, teve naquela época a sua mais alta expressão em Simão Estácio da Silveira, autor da célebre "Relação Sumária das Coisas do Maranhão", "dirigida aos pobres deste Reino de Portugal".

Nesse e noutro trabalho de sua lavra, "Intentos da Jornada do Pará", dando largas à imaginação, perde-se o escritor na descrição prolixa de fantasiadas riquezas, assim do Maranhão como da Amazônia.

Também as cartas de frei Cristóvão de Lisbôa, que estivera de pouco nas terras recém-incorporadas ao patrimônio português, devem ter tidos idênticos propósitos de propaganda, a pesar de bem mais comedidas nos seus elogios.

Inscrever-se-iam, mais tarde, entre os que abordaram os problemas de nossa terra, animados do mesmo espírito otimista: Manuel de Souza d'Eça, Bento Maciel Parente, Luiz Figueira e Jacome Raimundo de Noronha, que dela "fizeram pitorescos panoramas". O primeiro escreveu "sobre as coisas do Grão-Pará"; o segundo, redigiu a "Petiçam" e um volumoso memorial, sôbre o qual teremos de voltar.

gentes de degredados e tropas de guarnição, estas enviadas para reforçar as defesas da Colônia, apresentavam-se também insignificantes.

A cidade de S. Luís e arredores tinha, em 1637, conforme apurou Bento Maciel Parente, 250 moradores livres e 60 soldados de guarnição; enquanto que Belém, sem dúvida muito inferior em importância política, econômica e social, contava apenas 80 moradores e um presídio de 50 soldados; no forte do Ceará estavam 30 soldados e em toda a capitania apenas existiam 4 ou 5 moradores.

No Gurupá havia 30 soldados sem nenhum morador.

Ao lado dêsses povoadores luso-brasileiros que residiam, de ordinário, em fazendas dispersas pelas cercanias dos fortins lusitanos, viviam também no Pará, ao tempo do govêrno de Sebastião Lucena de Azevedo (1646 - 1648), cêrca de 50 estrangeiros de várias nacionalidades. Eram súditos holandeses, ingleses e franceses alguns dos quais, como assinalam os documentos coevos, "antigos moradores do lugar".

Essa gente, provavelmente caída prisioneira dos colonizadores ibéricos no decorrer dos combates feridos entre êles e seus concorrentes, fôra sempre julgada nociva à segurança militar da terra, pelas autoridades locais. Cheias de escrúpulos, elas haviam mesmo proposto ao rei desterrar os intrusos para as margens do Itapicuru, onde ficariam melhor vigiados e fóra do alcance de qualquer golpe de mão de compatrícios de além-mar.

Os escrúpulos do capitão-mór do Pará dão a perceber com bastante clareza que as terras amazônicas permaneciam, na data apontada, sob a ameaça de novas tentativas conquistadoras por parte dos atrevidos piratas internacionais.

Mas não eram apenas as ameaças oriundas do exterior que então amarguravam a existência da gente belemita e faziam periclitar a segurança comum.

Empolgada pelos seus ódios pessoais tanto quanto por interêsses materiais subalternos, cindia-se a população, de quando em vêz, em grupos opostos que se combatiam abertamente, tornando opressiva a atmosféra social de nova conquista. (63)

E havia ainda a inquietar os moradores da região a indefectível hostilidade dos nativos, irmanados pela mesma aversão à tirania dos brancos.

Cizânias entre moradores, tumultos e motins populares, frequentes conjurações contra o govêrno local, agravados pelo temor de sangrentos atritos internacionais, desorganizavam por completo a vida administrativa daquela capitania, influindo de maneira nociva no alargamento da conquista e no progresso econômico da terra.

Um acontecimento histórico da mais alta relevância viria, é certo, modificar o curso da história de todo o mundo português, mas a situação de insegurança reinante na Amazônia e no Maranhão permaneceria ainda por muito tempo inalterada.

---

(63) "Desde 1618, quando Caldeira Castelo Branco, fundador da colônia, foi deposto e preso no Pará, as desordens e levantes populares são fatos quase contínuos. Até 1628 dão-se contendas pela posse do governo.

Em 1625 surgem tumultos a propósito da lei sobre as administrações dos índios. Novos motins em 1628 por terem sido abolidos os resgates. Em 1634 sedição contra o capitão-mór Luís de Rego Barros. Em 1661 prisão dos padres da Companhia e desordens na povoação de Gurupá.

Em 1677 surge a conjura dos habitantes contra o governador Pedro Cesar."

Na manhã de 1º de dezembro de 1640, cedendo às contingências sociais e políticas do momento, aceitara, por fim, o tíbio duque de Bragança a corôa que havia ornado com tanto brilho a fronte de seus antepassados da gloriosa casa de Avis, e torna D. João IVº.

Realiza-se pois, nêsse dia, o milagre há tanto aguardado pelo povo lusitano com profunda fé religiosa. Portugal, jacente desde o fim do século anterior, sob o domínio de Espanha — domínio que, de certo modo, resultou extremamente benéfico para nós brasileiros, porque permitiu aos colonos alargar pacíficamente as raias limítrofes do nosso território, — recobra de vez seus direitos de Estado Soberano. (64)

Apeada do trono a casa d'Austria, a nação portuguêsa, enfermiça e combalida, mas autônoma, passa naturalmente a viver em harmonia com as demais nações do Velho Continente, algumas das quais a hostilizavam apenas por serem inimigas seculares do povo espanhol.

Nem por haver paz na Europa cessaram, porém, os atentados contra a integridade territorial dos domínios lusitanos do Grande Vale.

É que tais ataques à terra brasileira tinham causas determinantes bem mais remotas e profundas do que geralmente presumem os menos prevenidos.

Não eram êles meros episódios coloniais de uma guerra entre governos europeus rivais, que se houvesse espraiado até as plagas do Novo Mundo. Resultavam antes do choque de princípios econômicos opostos que, no momento, avassalavam as preferências dos povos da outra banda do Atlântico. Constituiam, pois, a expressão concreta da luta do monopólio contra o comércio livre, cedo transmudado em atrito armado entre imperialismos coloniais, luta que ajustes diplomáticos então concertados de metrópole para metrópole, não podiam cerrar de maneira brusca e cabal.

Sempre derrotados, mas nunca abatidos definitivamente, os competidores de Portugal recalcitaram. A Inglaterra, tendo obtido especiais favores do govêrno português como medianeira na paz com a Espanha, abandona a liça; os povos das outras potências marítimas continuam, porém, firmes em seus propósitos conquistadores.

De todos, os mais pertinazes são os holandeses e, sobretudo, os franceses, que de pouco haviam iniciado as suas atividades no vasto cenário amazônico. Não obstante batidos ao longo de toda a faixa litorânea em embates repetidos e sangrentos que se vinham renovando desde os primeiros dias do século XVIº, êsses piratas persistiam em ser, para os colonizadores lusos, adversários irredutíveis

Para agremiar os esforços de aventureiros dessa nacionalidade, acaso interessados em emprêsas sul-americanas, e dar maior eficiência às suas investidas con-

(64) Morto o cardeal D. Henrique em 1580, a disputa pelo trono vago de Portugal entre D. Antônio, Prior do Crato, e Felipe IIº, de Castela, fôra, como se sabe, de curta duração.

Traído nas côrtes de Tomar pelos seus homens públicos de maior proeminência no cenário social e político e pelos seus fidalgos, mesmo os de alta prosápia, Portugal cairia, com efeito, sob a dependência de sua rival peninsular.

Mais do que os direitos de descendente e herdeiro eventual de D. Manuel, o soberano espanhol tivera a apoiá-lo os soldados do Duque D'Alba e a maruja do Marquês de Santa Cruz, e ainda uma torrente de ouro, que fizera emudecer os escrúpulos de uma nobreza então moralmente abastardada.

tra as terras do Brasil setentrional, fôra fundada em França, nos primórdios de 1633, uma emprêsa mercantil e colonizadora com o nome de "Companhia do Cabo Norte".

A ela concedera Luís XIII°, seguindo a tradicional política de expansão e conquista de seus antecessores, desde Francisco 1°, licenças especiais. Dera-lhe o monarca, com evidente menosprêso pelos direitos hispano-portuguêses, o monopólio do comércio e tráfego fluvial do Orenoco ao Rio Mar, monopólio que os agentes da companhia só não lograram tomar efetivo devido à inquebrantavel resistência das autoridades paraenses.

A companhia do Cabo Norte, apesar de colocada sob o alto patrocínio do cardeal de Richelieu, foi, assim, levada à falência e à dissolução.

Sorte idêntica teria a companhia da França Equinocial, outra sociedade criada, logo depois, em França, nos moldes da primeira e com idênticos propósitos. (65)

Malgrado tão numerosos insucessos, os francêses não dão mostra de desânimo. Tanto que, por volta de 1664, surgiria no Velho Mundo mais uma associação de igual tipo, a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, destinada a operar na América Meridional e que era "sem dúvida a mais rica e importante das três".

Constituida com os mesmos desígnios expansionistas de suas congêneres desaparecidas, a Companhia de Comércio estabeleceu o centro de suas atividades na ilha de Caiena, (66) onde erigiu uma pequena povoação. Os moradores do novo vilarejo, cumprindo certamente as determinações dos mandatários da emprêsa, não tardaram a dar começo às suas atividades criminosas, visando a tomar pé em chãos amazônicos.

No propósito de ocupar a parte do nosso território que é hoje o Amapá, êles traficavam com gentios que aí habitavam, construiam feitorias de escambo e, em alguns pontos de sua costa, chegavam mesmo a organizar sistemas permanentes de defêsa.

Essas manobras solertes de infiltração não alcançariam os desejados êxitos mercê de pertinaz e decidida oposição dos dirigentes das capitanias nortistas, que lutaram, como vimos, sempre sem desfalecimento para coarctar a influência dos nossos adversários ùnicamente à região guianense.

Ainda em 1647, o capitão-mór do Pará, Sebastião Lucena de Azevedo, tiveram de enfrentar, armas na mão, um grupo de franceses que, unidos a holandeses, haviam erigido postos fortificados e entrepostos de comércio nas praias do Cabo Norte.

Os prélios em que viviam empenhados franceses e luso-brasileiros não constituiram, porém, óbices capazes de impedir que, passo a passo, se fosse processando o avassalamento da região amazônica, ainda mal desbravada e pior explorada por uma população dividida e pouco numerosa. A teimosia gaulesa, antes, lhe serviu de estímulo.

Vendo desatendidas as reclamações que, contra a atitude inamistosa dos moradores de Caiena, a miude formulavam as autoridades sediadas na Colônia, deliberou

(65) Fundado a 26 de maio de 1640 e dirigida por Jacob Bontemps, ela obtivera do rei de França o privilégio de estender seus domínios "sobre todas as terras que estivessem situadas entre o rio Orenoco e o Amazonas.

(66) A ilha de Caiena passou, dez anos depois, ao domínio da corôa de França, que, abandonando de vez a reserva que guardara até então, entrou a apoiar claramente as tendências imperialistas de sua gente.

a Metrópole pôr em cheque tão irritantes e descabidas pretensões, desenvolvendo a obra ciclópica de consolidação definitiva do predomínio lusitano na Amazônia e promovendo o aproveitamento racional de suas terras.

Nêsse propósito, determinou ela a construção, em todo o extremo norte, de uma verdadeira rêde de estabelecimentos militares, entre os quais avultaria, no próprio território em litígio, o forte de Macapá, que, embora nem sempre lograsse evitar as incursões de estranhos naquela região do país, fazia-lhes pagar bem caro a ousadia de suas arremetidas imperialistas (67).

Entrementes, os núcleos militares, estabelecidos com intuitos colonizadores sôbre as ruínas das antigas feitorias estrangeiras da região do estuário, começam a prosperar, graças ao adminículo dos gentios domésticos que em derredor dêles se vinham aposentar.

Gurupá e Cametá por tais motivos logram, dia a dia, alcançar maior destaque como centro fixador e irradiador da cultura lusitana.

Não menor importância histórica iriam adquirir algumas das vilas eregidas pelos donatários de terras nortistas, para sede de suas capitanias.

A região mais procurada pelos colonos para as atividades rurais foi, ao princípio, a do rio Tocantins, onde as possibilidades econômicas eram multiplas e ponderaveis.

Depois, a colonização agrária caminharia para a zona do Solimões, onde, tomando pelos formadores dêsse grande rio, numa penetração lenta e penosa, rumaria a paragens cada vez mais longinquas.

O papel de maior relevância na obra de colonização da Amazônia estaria, porém, reservado inicialmente às aldeias cristãs que os missionários de todas as regras erigiram ao longo dos rios para agremiar, em comunidades estáveis, os indígenas recém-convertidos e amansados.

Graças em grande parte à inexcedivel dedicação dos missionários começam, pois, desde a terceira década do século XVII, a se cobrir, as rebanceiras do baixo Amazonas e afluentes, de povoações e de estabelecimentos agricolas de medíocre valor econômico, é certo, mas de acentuada importância para a ocupação definitiva do solo nortista.

Caíriam, assim, a pouco e pouco, as barreiras que cerravam ao luso-brasileiro um mundo misterioso e selvagem.

XIV — AS CAPITANIAS FEUDAIS DO NORTE E MEIO NORTE

Para incrementar o desenvolvimento econômico do Brasil setentrional e ga-

(67) O Forte de Macapá não preencheria de modo cabal as suas funções defensivas. Começando em 1688, seria êle, decorridos nove anos, em 1697, ocupado, sem um disparo siquer, pelas forças do Marquês de Farrolles, governador de Caiena, para quem o leito do Amazonas devia ser linha divisória entre as duas colonias sul-americanas.

Logo depois resgatado, graças à bravura de Sousa Fundão e Muniz de Mendonça, e reforçado no seu aparelhamento bélico, nem por isso ficou êsse trecho da capitania livre de incursões estranhas. Mesmo depois de nossa independência não se lhes arrefeceria o desejo de tomar pé no solo brasileiro, o que constituiu, até 1900, uma série e constante ameaça à integridade do nosso território.

rantir a integridade de suas terras, não bastava, como ao princípio se supunha, dar cumprimento aos dispositivos constantes dos termos da Carta Régia de 13 de junho de 1621. Eximir todo o Norte e Meio-Norte à tutela das autoridades baianas e então formar uma nova entidade político-administrativa, sob a dependência direta da Metrópole, era muito, mas não ainda o suficiente para serem alcançados os fins visados pelos govêrno central.

As três capitanias que integravam o Estado do Maranhão, permaneciam demasiado vastas e débeis; derramadas por sôbre áreas imensas e sem meios eficientes de intercomunicação, nelas dificilmente se poderia exercer a ação defensiva e fiscalizadora dos agentes da Corôa.

A corrente de imigrantes brancos, que para lá fluia por sua própria vontade, continuava mesquinha, e isso deixava igualmente em aberto a questão já de si complexa e premente do aproveitamento das riquesas naturais de qualquer dêsses trechos do território maranhense. Fazia-se, pois, necessário antes de tudo povoar os chãos incultos da nova colônia para faze-la produzir.

Frente ao problema tão claramente evidenciado, ressurgiam, para os órgãos encarregados de orientar o vice-rei sôbre os negócios ultramarinos, dificuldades em tudo semelhantes às que, já uma vez, muitos anos antes, outros responsáveis pelos negócios da alta administração pública haviam sido obrigados a enfrentar. Fôra isso quando D. João III°, premido pelos acontecimentos, se propuzera varrer das praias do Brasil Oriental os corsários franceses que lhe ameaçavam os direitos de soberania, traficando com os selvagens.

Por singular e trágica coincidência, o tesouro público se encontrava exausto e de bôrco, como ao tempo daquêle glorioso monarca, e não podia ocorrer às vultosas despêsas decorrentes da execução de um plano de defesa e povoamento sistemáticos de todo o setentrião brasileiro, única providência reconhecidamente capaz de lhe assegurar o almejado desenvolvimento produtivo.

Castela, então dominadora da Península, não descobrira, por seu lado, vantagens bastantes para tomar sôbre os ombros o pesado encargo de fomentar a colonização e levar remédio à debilidade militar dessa parte de seus domínios transatlânticos.

Em tais circunstâncias, decidiram os senhores do Conselho do Estado sugerir fosse o Extremo Norte mais uma vez retalhado, enfeudando-se os quinhões resultantes a súditos que se houvessem distinguido por feitos julgados relevantes. Propunham, pois, se fizesse reviver alí o regime instituido cento e poucos anos antes para a Terra de Santa Cruz, esquecidos, sem dúvida, de que o sistema falhara de modo lamentável, acarretando um disperdício inútil de cabedais e de vidas portuguêsas.

A idéia de aplicar às terras nortistas o estatuto feudal das capitanias de jure e herdade não partiu inicialmente, segundo parece averiguado, dos próprios mentores do monarca espanhol. Estes aceitaram, ao que presumimos, apenas as sugestões contidas no longo e minucioso memorial endereçado à corôa por Bento Maciel Parente, entre 1627 e 1632.

Nêsse documento, transcrito, aliás, do original espanhol e em versão francesa

pelo Barão do Rio Branco no tomo IIº de sua "Memória", (68) o famigerado sertanista apresenta o problema do Extremo Norte em toda a sua amplitude, insinuando a divisão da terra como sendo a única medida capaz de resolvê-lo definitivamente.

Exercera o cargo de capitão-mór do Grão-Pará, de 16 de junho de 1621 a 10 de outubro de 1626 e, nêsse período, palmilhara demoradamente os chãos interiores de sua capitania, como já o fizera antes em relação às terras setentrionais do govêrno do Maranhão, que varara em suas costumeiras perseguições aos nativos; e conhecia também o Ceará, por lá ter estado quando de passagem para S. Luís. Com essas credenciais êle fôra julgado na côrte perfeitamente a par das questões relacionadas com a economia e segurança daquêles extensos territórios e, portanto, idóneo para sugerir as providências que lhes fossem mais adequadas.

Palma Muniz resume as divisões, propostas por Bento Maciel no aludido Memorial e que vieram a servir em parte de modêlo à partilha feita pelo govêrno tempos depois, pela maneira seguinte:

Capitania do Ceará — Compreendida entre os rios Jaguaribe e Mondaituba, teria sua séde no presídio do Ceará.

Capitania do Jeriquaquara — Compreendida entre o rio Mondaituba e o Paraguaçu, atual Parnaíba. Sua séde seria o porto de Jeriquaquara

Capitania do Maranhão — Compreendida entre o rio Paraguaçu (ou Parnaíba) e a ponta de Tapuitapera; abrangia as ilhas costeiras e teria como séde a cidade de S. Luís. Incluia a meia vertente (esquerda) do rio Parnaíba, as bacias dos rios Itapicuru e Mearim e a vertente direita do rio Pinaré (Pindaré).

Capitania de Cumá — Compreendida entre a ponta de Tapuitapera e o rio Pindoituba (Turiaçu), incluindo a vertente esquerda do rio Pindaré e a direita do Turiaçu, com séde em Cumá (Alcantara).

Capitania de Caité — Compreendida entre os rios Pindoituba (Turiaçu) e Acotiperu (Quatiperu), incluindo a vertente esquerda do rio Turiaçu, o rio Ostacapuic (Gurupi) e a vertente direita do rio Quatipuru.

Capitania do Pará — Compreendida entre o rio Acotiperu (Quatiperu), até o primeiro braço do rio Pará (rio Tocantins); por êle ia acima, até o primeiro salto do rio e província dos Tocantins. Tendo para séde a cidade de Belém, incluia em seu território a vertente esquerda do rio Quatipuru, as bacias dos rios Maracanã, Marapanim, Macajuba, Mojuim, Tauá, parte da do Guamá, as do Capim, Acará e Moju e a vertente direita do rio Tocantins.

Capitania da ilha de Joanes — Compreendendo a atual ilha de Marajó, delimitada pela baia de Marajó, rio Amazonas, canal de Tajapuru e o chamado rio Pará, pelo lado sul.

Capitania Sem Nome Indicado — Constituida pelo território compreendido

---

(68) Êsse documento, que foi copiado pela primeira vez nos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro" ,é também citado por Varnhagen ("História Geral do Brasil", Tomo II) e aparece traduzido em vernáculo no trabalho de Palma Muniz, do qual reproduzimos.

É de transcedente importância, porque parece invalidar a opinião de Jaime Cortesão no tocante ao papel de Bento Maciel Parente na viagem de Pedro Teixeira.

entre o braço do rio Pará chamado Tocantins e o braço Pacajá (rio Pacajá) e banhada pela frente pelo rio Pará.

Capitania Sem Nome — Compreendendo o território situado entre o braço Pacajá (rio Pacajá) e o braço Parnaíba (no rio Xingu) e banhada pela frente pelo rio Amazonas, canal entre a ilha Grande de Gurupá e o Continente.

Capitania Sem Nome — Constituida pelas ilhas Grande de Gurupá e adjacentes.

Capitania do Cabo Norte — Constituida pelo território delimitado pelo rio Genipapo (rio Paru), rio Amazonas, oceano Atlântico e rio Vicente Pinzon (Oiapoque), separando-as das terras da Corôa de Castela.

Além das capitanias indicadas, diz o Memorial, poderia S. M. criar outras, quer acima da Província dos Tocantins, limitando com a capitania do Pará, quer rio Amazonas arriba, limitando com os rios Parnaíba (Xingu) e Genipapo (Paru) até encontrar terras do domínio próprio de Castella, do Novo Reino de Granada.

Aceita a idéia, entrou o regime serôdio das capitanias feudais novamente a vigorar no Brasil Setentrional com a publicação das cartas régias de 13 de abril e de 14 de maio de 1633, cujos teores, conforme observa Arthur Reis, só se conhecem parcialmente e isso através de referências a êles feitas em documentos oficiais mais recentes.

Nas mencionadas cartas régias, a Corôa, fixando as normas de partilha, reserva-se prudentemente a posse e senhorio do Maranhão, do Grão-Pará e do Gurupá, capitanias que pelas mesmas cartas haviam sido também instituidas, ou melhor, reorganizadas. (69)

Consoante o conselho de Bento Maciel, o govêrno dividiu o Norte em donatárias a serem dadas a "pessoas ricas e respeitaveis a fim de que cada qual em concorrência procurasse prover, fortificar e aproveitar a terra".

Esforçou-se, todavia, por não incidir em erros já cometidos anteriormente. Na partilha do Brasil do 1º século haviam sido contemplados, com amplos quinhões e direitos senhoriais quase absolutos, validos da realeza que nem sempre se mostraram apressurados em servir a el-rei em chãos do Novo Mundo.

No tocante ao Estado do Maranhão, alertados pela experiencia, diligenciaram os poderes públicos em fazer uma distribuição bem mais cuidada e equitativa.

Contemplaram-se, dessa vez, não gentishomens curtidos pelos sóis da Africa e do Oriente e que, de ordinário, demonstravam completa inciência do meio brasileiro e do carater da gente que nêle vivia, mas varões de comprovado valor em serviços de guerra prestados em nosso próprio solo.

Os primeiros donatários nortistas foram, por isso, indivíduos hábeis e experimentados no trato das coisas da Colônia e alguns se haviam mesmo distinguido nas esferas administrativas locais.

Ocorreram, é certo, exceções. Donatários houve que, criados no reino, ali permaneceram sem coragem para abandonar as blandícias da côrte e se transportar com família e haveres às selvas americanas. A maioria, porém, dos aquinhoados se empossou de suas terras e tentou povoá-las.

Nos forais e nas cartas de doação que lhes foram passados pelos soberanos es-

(69) Incorporado ao Estado do Maranhão desde 1621, o Ceará continuou a fazer parte dêle, mesmo depois da publicação dos decretos régios de 1633.

panhois, introduziram-se, também, as modificações que a experiência aconselhava.

Cercearam-se, em parte, as excessivas franquias e os direitos dos donatários; emendaram-se os dispositivos que se haviam tornado anteriormente fonte de abusos, mas tudo foi baldado.

No fundo, o instituto permaneceu o mesmo: ineficiente e anacrônico

O primeiro que obteve terras nortistas, nos têrmos dos decretos de 1633, foi Alvaro de Sousa, filho do 10º Governador Geral do Brasil, a quem coube, por C. R. de 13 de fevereiro de 1634, a **capitania de Caeté.**

Onze anos antes, o rei de Espanha, desejando premiar os serviços de excepcional vulto e relevância prestados por Gaspar de Sousa na ocasião da retomada do meio-norte, fizera-lhe mercê por C. R. de 25 de maio de 1622 (9 de fevereiro afirma Varnhagen), de uma capitania que passaria a ser de jure e herdade "conforme ao sítio e parte que êle escolhesse" na nova conquista.

Não tendo aquêle homem público utilizado o favor régio, o filho, sem dúvida mais interessado em possuir terras no aquém-mar, alegara perante o monarca a promessa feita ao pai e, sendo-lhe concedidos idênticos direitos, optara por aquêle trecho do torrão maranhense. Empossando-se de seus domínios, aí mandara pôr marcos, num dos quais, descoberto em meados do século XIX, lia-se, dí-lo Varnhagen, a palavra Sousa.

A capitania de Caeté dilatava-se das margens do Turiaçu até o rio Caeté, com cêrca de cinquenta léguas de costa e vinte léguas de fundo. (70) O rio Gurupi servia-lhe de eixo geográfico. Era seu centro administrativo a vila de Sousa de Caeté, fundada junto à baía de Caeté, com o nome de povoação de Vera Cruz. É ela hoje a cidade de Bragança.

As terras, assim delimitadas, estavam na posse de Feliciano Coelho de Carvalho.

Abusando, ao que parece, do direito que lhe fôra outorgado em sua carta de nomeação, ou seja o de criar e conceder sesmarias no território por êle jurisdicionado, apressa-se o governador em instituir donatarias em favor do irmão, Antônio Coelho de Carvalho, e do próprio filho. A êste dera vastas posses de cada lado do Gurupi, rio junto ao qual havia já erigido, à custa da fazenda real, a povoação de Vera Cruz.

Tal concessão ficou, pois, sem efeito em virtude do requerimento de Alvaro de Sousa, mas, nem por isso, seria o seu primeiro posseiro prejudicado, como se verá depois.

A Antônio Coelho de Carvalho, desembargador do Paço, foi concedida a **Capitania de Cumá,** no Maranhão. Abrangia larga faixa litorânea de cêrca de 50 léguas de comprimento e estava situada entre os rios Pindaré, ponta de Tapultininga e o rio Turiaçu. Não tinha limites meridionais bem deffnidos.

Tornada válida pela C.R. de 1637, foi confirmada em 15 de abril de 1643.

Sua sede era na vila de S. Antônio de Alcantara, fundada com auxílios mandados do reino pelo próprio donatário. Dessa vila, conhecida, a princípio, pelo nome de Aldeia de Tapuitapera, se apossou o general e almirante Jan Cornesliszoon Lichthardt quando subjugou o Maranhão, em 1641.

---

(70) Outros a fazem começar no Gurupi, que seria o extremo da capitania de Cumã, indo até o Caeté, com 20 léguas de fundo.

Em 25 de fevereiro de 1650, sendo donatária da Capitania de Tapuitapera, ou Cumá, D. Inês de Carvalho, foi nomeado para seu administrador Antônio de Albuquerque que, por ventura, se casaria com sua pupila (Varnhagen).

Cinco anos antes, em 1662, tinha a capitania de Cumá, segundo informação de Heriarte, cêrca de 120 moradores e 6 engenhos de fazer açucar.

Sua importância foi grande desde os primórdios da colonização. Dotada de terras altas e ferteis, muito abundante em tudo, tornara-se, de certo modo, o celeiro de S. Luís.

Se deixarmos de levar em conta os dois lotes territoriais cedidos pelo capitão general a seus parentes mais próximos, — lotes que, por terem sido posteriormente confirmados pelo próprio govêrno de Madri, poderiam ser considerados por lidimas donatarias, — a mais antiga capitania, instituida oficialmente no Estado do Maranhão, foi a de Gurupá, criada, como salientamos anteriormente, pela própria carta-régia que constituiu patrimônio da Coroa as terras do Grão-Pará e do Maranhão.

Sua sede era a vila de Gurupá que teve por núcleo formador o forte de Santo Antônio de Corupá, fundado em princípios de Julho de 1623, por Bento Maciel Parente, sôbre os escombros do forte holandês de Mariocaí.

Não obstante ser esta capitania um mero distrito administrativo do Estado do Maranhão, seus capitães-móres eram nomeados diretamente pela Metrópole que os provia no cargo por tempo variavel.

Dentre os que ai exerceram funções de mando, figuram Pedro Maciel Parente, sobrinho de Bento Maciel, João Velho do Vale (1642), . João de Melo Gusmão, que foi capitão-mór do Ceará em 1663, e provàvelmente também Paulo Martim Garro. (71)

"A Capitania de Gurupá, escreve Maurício Heriarte, está situada sôbre o grande rio das Amazonas, a que os antigos dão o nome de Dourado. Está um têrço de grau ao sul da linha equinoxial. Seu clima é quente, mas não muito enfermo. Tem fortaleza com capitão e soldados pagos da fazenda real e tem alguns moradores. Esta fortaleza serve de sentinela para que os estrangeiros não tenham comércio com as nações de índios moradores dêste rio que, são infinitos, e cada dia vem náus do norte ao contrato, assim de madeiras, como de um pescado a que chamamos peixe-boi que levam a vender à ilha de S. Cristóvão, outros vendem

---

(71) Reinól da Província da Beira, Garro, em fevereiro de 1656, passou ao Maranhão, sendo destacado como cabo de uma tropa organizada para restabelecer a ordem na capitania de Gurupá. Tendo conseguido, com a prisão dos cabeças, restaurar a paz pública depois de algum tempo, foi nomeado capitão de infantaria das Capitanias do Pará, pelo govêrno do Maranhão e Grão Pará, D. Pedro de Melo. Exerceu o cargo de 10 de junho de 1658 a 26 de março de 1662, sendo então aproveitado em diversas expedições, entre as quais figuraria a do rio Tocantins.

Requereu, ao mesmo tempo que o Capitão João de Melo Gusmão e Manuel Fernandes Pereira, seu provimento no cargo de capitão-mór do Ceará, patrocinado pelo Padre Antônio Vieira que encareceu o fato como de grande conveniência ao serviço de Deus e de Sua Magestade. O conselho de Estado achou que melhor ficaria sendo aproveitado para a Capitania de Gurupá pelo praso de 3 anos, com promessa de recondução, nos termos do parecer de 13 de outubro de 1660. Não se sabe se, de fato, foi nomeado capitão-mór de Gurupá, sendo entretanto substituto do capitão-mór do Grão Pará, João Guedes Aranha, cargo que exerceu de 1 de abril de 1668 a junho de 1669

tabaco do Tacuiú, donde os portuguêses,por muitas vêzes, os desalojaram e mataram.

Esta capitania de Gurupá, continua o mesmo autor, tem quantidade de povos, e aldeias de índios de paz, que os Reverendos Padres da Companhia doutrinaram. São suas terras mui abundantes de mantimentos da terra há pouco gado doméstico, pelos moradores o não criaram, que as terras são capazes para isso".

Na vastidão territorial do Estado do Maranhão e Grão Pará demarcaram-se ainda outras capitanias, entre as quais a de Cametá ou Camutá, a da Ilha Grande de Joanes e a do Cabo Norte.

A Capitania do Cabo Norte, que abrangia grande parte do atual território do Amapá, coube a Bento Maciel Parente. Dilatava-se, segundo rezam os documentos coevos, "do Cabo Norte até o rio Vicente Pinzon e pela terra dentro, Rio das Amazonas arriba da parte do Canal que vai sair no mar oitenta para cem léguas até o Rio dos Tapuiasus", ou Tapuiusus, hoje Surubiú. ,

Tendo já alcançado, pelas cartas régias de 18 de maio de 1634 e 13 de agôsto de 1636, sesmarias no Pará e o título de fidalgo, êle recebeu mais, por C. R. de 14 de julho de 1637, a mercê das terras do Cabo Norte. A êsse tempo era igualmente nomeado Capitão General do Maranhão.

Valeram-lhe tantos favores da Corôa serviços considerados relevantes que prestou, na própria colônia, combatendo os índios rebelados, exterminando estrangeiros da Amazônia e lhes destruindo numerosos e bem aparelhados sistemas de defesa.

Seus serviços, afirma Arthur Reis, alegara-os tão copiosamente, eram de tal monta, deviam impressionar tanto que êle se julgava superior a Cortez, nos merecimentos perante o Estado.

A sede de sua capitania foi, durante algum tempo, a aldeia de **Iauacuara**, vizinha do forte de Destêrro, erigido por Bento Maciel logo que se empossou no cargo de Governador Geral, a 27 de janeiro de 1638. É hoje a cidade de Almerim.

Já em outubro de 1639, quando por aí passou o padre Cristoval de Acuna, havia nas terras do Cabo Norte, além daquela aldeia e do forte, que estava guarnecido de 30 soldados e alguns canhões tomados aos piratas, mais duas povoações de nativos avassalados pelos missionários: a de **Curupatuba**, atualmente Monte Alegre, e a de Tapujusus, esta submissa aos portuguêses desde 1626.

Opina Varnhagen, com a habitual autoridade, não ser improvável que, para a criação dêsse território em favor de um guerreiro que êle reputa distinto, entrasse em conta a notícia de que na França se havia pouco antes (27 de junho de 1633) estabelecido uma companhia para colonizar a própria Guiana, com idêntica denominação de terras do Cabo Norte, e assim convirla opor-se-lhe outra do lado do Brasil. Semelhante conjectura, segundo ainda o mesmo historiador, muito se reforçaria com o fato de haver sido pelo mesmo tempo o dito Bento Maciel nomeado, como já se disse, governador Geral de todo o Estado do Maranhão.

Bento Maciel Parente, tendo sido capturado pelo almirante Lichthardt, em 1641, quando da invasão holandesa do Maranhão, morreu no ano seguinte, fevereiro de 1642, em Natal, como prisioneiro de guerra. (72)

---

(72) Magrado seu ocaso inglório, Bento Maciel não era um covarde. Simples capitão de um dos navios da expedição de Alexandre de Moura, seu valor nos combates, não menos que uma atividade devoradora, revelada em multipli-

Por essa época era capitão-mór interino do Cabo Norte o conhecido sertanista João Velho do Vale.

Substituiu-o à frente dos destinos da capitania o filho mais velho de Bento Maciel de igual nome e cujos direitos só foram confirmados pela carta patente de 9 de julho de 1645, do rei D. João IV.

"A donataria de Bento Maciel, informava Heriarte, em 1662, por falta de gente não está povoada e não tem mais que uma feitoria, em que contrasta com os índios moradores. São terras altas: tem muita quantidade de serras escalvadas pela terra dentro. Dizem que há minas de metais, mas não se tem feito experiência, nem se hão buscado até agora.

"Nela poz Bento Maciel, no tempo que governava a fortaleza que agora está no Gurupá, e a tiraram por ser a terra muito estéril e enferma, e se não poder conservar pelo que se tornou para o Corupá; onde agora está e dantes tinha estado e donde a tinha posto o governador Francisco Coelho de Carvalho". (73)

Em 1680 vivia, na aldeia de Yauacuara, Domingos Barbosa Silva, representante de Vital Maciel Parente, terceiro senhor da Capitania do Cabo Norte. (R. Branco)

No mesmo ano em que Bento Maciel recebia o govêrno do Maranhão, era doada, por carta régia de 26 de outubro de 1637, a Feliciano Coelho de Carvalho, a Capitania de Camutá ou Cametá, compreendendo as terras situadas entre o Moju e o Tocantins. (74)

Tinha sede na vila de Santa Cruz de Camutá, hoje Cametá, junto às margens do rio do mesmo nome.

Como sucedera à doação feita anteriormente a Alvaro de Sousa, não vizava esta mercê a recompensar especialmente o valor pessoal do contemplado. A munificência régia concedera-lhe aquelas terras para ressarcí-lo dos prejuizos que sofrera com a expropriação da capitania de Caeté.

Feliciano Coelho, além de fundar Cametá e construir um engenho nas imediações daquela vila, conseguiu que os jesuitas ali levantassem um colégio, concorrendo, assim, para o desenvolvimento material, econômico e cultural da região.

Em 1641, era seu capitão-mór Cipriano Manuel Aranha, que tão mal se portou

---

cadas expedições contra índios e holandeses, o foram cada dia acrescentando em honras e postos; primeiro, comandante do forte de S. José de Itapari, depois, do Calvário, capitão-mór da capitania do Pará, cavaleiro da ordem de Cristo, fidalgo da casa real, e governador enfim do Estado do Maranhão. Tais e tantos foram os serviços e em tão subida conta tinha o seu merecimento o govêrno da metrópole, que não só lhe doou ainda a vasta capitania do Cabo-do-Norte, como lhe fez a singular mercê de determinar que todos os seus descendentes acrescentassem ao de Maciel o apelido de Parente, com que significasse dada um que pertencia a tão nobre tronco, perpetuando, assim, a memória dos seus feitos. (Lisbôa).

(73) A fortaleza aqui mencionada, segundo esclarece Varnhagen, em seus comentários ao próprio livro de Heriarte, não fôra posta por Bento Maciel, junto ao rio Paru, sede atual da cidade Almerim, conforme asseverou o falecido J. C. da Silva, em sua excelente obra "L'Oyapoc et l'Amazone", mas, segundo se deduz do próprio texto de Acuna, combinado com a proposta feita por Bento Maciel, assente à beira do Amazonas, seis lagoas acima da foz do rio Genipapo, e, portanto, mais perto do atual rio Uacarapi do que do Parú.

(74) Os limites dessa capitania são aqui fixados segundo um documento de 175" ou seja o relatório do bacharel João Antônio Cruz Diniz Pinheiro, o ouvidor do Maranhão.

na ocasião da ameaça holandêsa ao Pará, aliando-se a João Velho do Vale contra o capitão-mór do Pará, João Cordovil Camacho.

Afirma Heriarte que, em 1662, a região de Camutá era habitada por poucos moradores brancos, "não por falta de serem as terras boas mas por haverem poucos portuguêses para se estenderem tanto". Faziam-se, alí, continua o mesmo informante, os melhores tabacos do Pará. Possuia, então, um engenho e um convento de Pes. da Companhia,

A capitania da Ilha Grande de Joanes — separou-se do território do Grão-Pará em período mais chegado a nós. Abrangendo tôda a extensão da ilha de Marajó, foi criada por Afonso VI em favor do secretário do Estado, Antônio de Sousa Macêdo (75) por carta régia de 23 de dezembro de 1655.

O filho dêsse fidalgo diplomata, Luís Gonçalo de Sousa Macêdo, que o sucedeu na posse da capitania, foi agraciado com o título de Barão da Ilha Grande de Joanes em 27 de setembro de 1666, mas só recebeu, segundo assevera Galdino Silva, que muito bem estudou o assunto, a carta de doação a 23 de dezembro de 1675.

Não obstante existirem na ilha aldeias de índios domésticos, entre as quais aquela que, mais tarde, devia chamar-se Monforte (Soure) e a de Joanes, erigiu-se uma vila, sob a invocação de Santo Antônio, para ser a cabeça do novo distrito. Situada à margem do canal da ilha Mexiana, chama-se hoje cidade de Chaves.

O terceiro donatário da Ilha Grande foi D. Antônio de Sousa Macêdo, que pouco tempo permaneceu à frente de sua baronia. Informa-nos José Galdino da Silva que nem mesmo tivera vagares para pagar os direitos de investidura no baronato, obrigação satisfeita pelo filho, quando lhe sucedeu no título.

No exíguo tempo de seu govêrno, concedeu, diz ainda o mesmo autor, sesmarias em Marajó.

Por volta de 1720, entre os seus títulos figurava o de Barão da Ilha Grande de Joanes, o que parece dar razão ao escritor acima citado.

O quarto donatário, terceiro e último barão de Ilha Grande, seria Luís de Sousa Macêdo Aragão Vidal. (76)

Durante os 15 anos de vacatura, ou seja durante a minoridade dêsse donatário, dirigiu os negócios da Ilha um Domingos de Sousa Ferreira, que fôra loco-tenente de seu pai e antecessor. (77)

---

(75) Diz Galdino da Silva em "Breve notícia dos antigos Barões da Ilha Grande de Joanes e suas concessões de sesmarias" que a capitania de Marajó foi doada a Antônio de Sousa de Macêdo, filho do secretário de Estado de igual nome. Tal afirmativa não pode prevalecer diante da publicação, feita pela Gazeta de Lisbôa, de 9 de maio de 1754, que mais adiante vai transcrita, apontando claramente o pai como tendo sido o beneficiado pelo favor régio.

(76) Antônio Caetano de Sousa, autor das "Memórias históricas e genealógicas, impressas em Lisbôa em 1755, diz também que foi êste D. Antônio de Sousa o 3º barão e último que teve a baronia a Ilha Grande porque dela fizera cessão a Corôa em 1754.

(77) Arthur Reis menciona ainda a Capitania do Xingu que teria sido doada a Gaspar de Sousa Freitas, em 1681, e que dela jamais se impossou e num documento intitulado "Representação a El Rei D. João" aparece a vila de Vigia como sendo uma entidade autônoma, vila que seu proprietário deixou, por improdutiva, reverter à corôa; nada logramos apurar sôbre essas duas unidades administrativas.

"Nessas capitanias, esclarece Arthur Reis, não vigoravam estatutos especiais. Mas autônomas, ficava vedados aos capitães-mores e governadores do Estado qualquer interferência na vida delas. As tentativas em contrário falharam tôdas com advertências bem amargas às autoridades que as praticaram. Administradas por delegados dos Donatários, não ficaram, todavia, isentos de total prestação de serviço e colaboração com o Estado, tôda vez que o interêsse coletivo se fez sentir".

"Situação especial desfrutou, continua o mesmo historiador, a do Gurupá que era da Corôa. Alí levantara uma casa forte, a que se atribuia a fiscalização e o registro de tôdas as embarcações que subiam e desciam o Amazonas, bem como da carga e tripulação. Para ela ainda no século XVII, fôra baixado Regimento especial, de que se não conhece o texto."

XV — A UNIDADE DO ESTADO

A Unidade político-administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, estabelecido em 1621, esteve de pé durante três decênios apenas. Golpeada, pela primeira vez, ao tempo de Francisco Coelho de Carvalho, o sardo, governador e capitão-general do Estado, empossado em junho de 1646, ela devia desaparecer pouco antes de finda a guerra holandesa, em virtude da provisão de fevereiro de 1652.

Cedendo ao pedido dos moradores da capitania do Grão-Pará que reclamavam a autonomia do território onde viviam, anuira o rei em decretar, depois de várias consultas, a extinção do Estado nortista e a passagem das circunscrições formadoras à jurisdição do govêrno do Brasil. O soberano, ao que se sabe, com isso visava também a pôr termo a rivalidades e atritos causadores da mais grave anarquia administrativa. (78)

A ordem régia que reuniu num só bloco todo território nacional, pode, de certo modo, ser considerada como a sanção da Coroa à medida tomada pelo Sardo ao término do seu govêrno, em 1648, medida de que acima se falou e que então fôra considerada fundamentalmente contrária à estrutura política do Estado do Maranhão.

Autorizado, nos termos da C. R. que o nomeara para o cargo, a designar seus sucessores, Francisco Coelho dispuzera, pressentindo o próximo falecimento, (79) ocorrido, aliás, em fevereiro daquêle mesmo ano, que, se tal acontecesse, as duas principais capitanias do seu govêrno ficassem sujeitas apenas aos respectivos capitães-móres.

No ano anterior, ou seja em 1647, o Maranhão, pelas cartas régias de 4 de maio e 18 de julho, voltara a ser considerado como parte integrante do Brasil, visando a medida simplesmente permitir que para lá fossem encaminhados os degredados de todo o reino.

A nova situação de dependência administrativa, das capitanias do Grão Pará

(78) Como ocorrera ao tempo do govêrno do Capitão General Luís de Magalhães, que acabara por esbulhar Inácio Rego Barreto do Cargo de Capitão-mór do Grão Pará. O deposto foi até a côrte pleitear seus direitos, sendo atendido.

(79) Vendo-se perigosamente enfermo, autorizado para designar seu sucessor, ordenou que, por sua morte, ficasse cada uma das capitanias obedecendo ùnicamente ao respectivo capitão-mor, escreve Varnhagen.

e Maranhão ao Brasil, durou sómente 18 meses. Tanto bastou, diz-nos Varnhagen, para se reconhecer que, com a separação das duas capitanias, a justiça não era melhor administrada, que o território não ficava mais ao abrigo de qualquer ataque, e que até nisso perdiam em vez de ganhar os próprios interêsses da fiscalização da fazenda pública. (80)

É que as determinantes por excelência do estatuto de 1621 eram, como se viu, de natureza acentuadamente telúrica e não podiam ser anuladas por fôrça de um simples capricho humano.

Ao contrário, pois, do que sucedera no tocante ao Estado do Brasil, cuja recomposição, após as cisões de 1577 e 1607, constituira um ato de bôa política interna, a incorporação do Grão-Pará, Maranhão e suas capitanias feudais ao Brasil, alargando-lhe enormemente a área territorial, só podia ser, como foi, uma medida intempestiva e mesmo prejudicial aos interêsses da corôa.

Não haviam, com efeito, cessado, nem sequer mesmo diminuido, as dificuldades da navegação marítima que punha em contacto o extremo norte com os governos de Pernambuco e da Bahia.

Também o caminho pelo litoral, entre o Maranhão e os centros demográficos de maior importância do Brasil Norte-Oriental, continuava áspero e cada vez mais árduo, dada a crescente animosidade dos aborígenes que viviam espalhados pela praia.

Irritados com o proceder pouco regular dos colonizadores, andavam êles a saltear os brancos com uma tenacidade digna de melhor causa.

O conhecimento muito limitados do interior tornava a travessia por aí igualmente insegura, já pela indiada que a miúde assaltava os caminheiros, já pelo ermo enorme que constrangia e intimidava a qualquer viajante. Além disso, em breve iria começar a chamada guerra dos bárbaros, revolta armada que durante trinta anos poria em luto e sobressalto todo o sertão nordestino.

A verdadeira situação do trânsito entre o Norte e Sul da Colônia é-nos dada pelo padre Antônio Vieira no expressivo relato que se segue: "Um dos perigos e trabalhos grandes que tem este caminho, escrevia o insigne jesuita referindo-se ao caminho praieiro que êle próprio palmilhara pelas alturas de 1660, é a passagem de quatorze rios mui caudalosos que o atravessam e se passam todos por meio da foz, onde confundem e encontram suas águas com as do mar; e porque não há nestes rios embarcações para passagem, é força trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos por entre o rôlo e a resaca das ondas, sempre por costa bravissima, alagando a cada passo, e atirando o mar com ela e com os que a levam, com risco não só dos índios e da canôa se não da mesma viagem que dela totalmente depende.

"Muitas vêzes é também necessário arrastá-la por grande espaço de terras e

(80) Posta em execução a lei disjuntiva que havia sido pleiteada pelo povo de Belém, contra a mesma se tinham levantado os habitantes de S. Luís, que chegaram mesmo, ao que parece, a representar ao rei sôbre os perigos e inconvenientes que daquele estatuto poderiam advir para as terras nordestinas.

Como é fácil perceber-se, assim agiam não porque compreendessem os interêsses da grande colônia nortista e quizessem ampará-los, mas apenas na esperança de serem, dí-lo o autor abalizado, melhor "aquinhoados na partilha de escravos, podendo agir mais de perto sôbre a autoridade por mando de quem se abriam os sertões".

montes para largar de um mar a outro e talvez obrigam estas dificuldades a tomar a mesma canôa em peso às costas, com tôda a gente e levá-la assim por muitas léguas de modo que para haver embarcação para passar os rios, se ha de levar pelo mar, pela terra e pelo ar."

Do aspecto da primitiva navegação inter-litorânea nos mares do meio norte dá-nos, também, notícia o mesmo escritor em seu estilo inconfundível:

"Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano, escreve, é que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pela pertinácia dos ventos, e perpétua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o cabo da Boa-Esperança com todo o peso das águas do Oceano na travessia, onde êle é mais largo, que é entre as duas costas da África e América, e começando a descabeçar desde o Cabo de Santo Agostinho até o Cabo do Norte é notável a fôrça em todo aquêle cotovelo da costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céos e os ventos, que, em companhia das águas e como arrebatados delas, correm perpetuamente de leste a oeste .

"Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos que ordinàriamente são brisas desfeitas, fica tôda a costa deste Estado quase inavegável para parlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão e para o Ceará se navega com grandíssima dificuldade e só em certos meses do ano que são os de maior inverno.

"Navega-se nestes meses pela madrugada, com a bafagem dos terrenhos os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vezes semanas e meses inteiros se está esperando sobre ferro na costa descoberta, e sem abrigo, sendo este um trabalho e enfadamento maior do que tôda paciência dos homens; e o pior de tudo é que depois desta tão cançada porfia acontece muitas vêzes tornarem as embarcações arribadas do Maranhão".

Menciona o Padre Vieira a seguir o caso de uma sumaca despachada pelo governador André de Negreiros, em 1656, com um capitão e quarenta soldados e os materiais e instrumentos necessários à construção de uma fortaleza em Camucim, que, tendo gastado cinquenta dias em montar só até o rio das Preguiças, viu-se forçado a retornar, desandando em doze horas apenas.

Todos êsses fatos determinaram por certo a queda da lei de 1652 e consequente recomposição do Estado do Maranhão e sua volta à dependência direta da Metrópole. Para adoção da medida intervieram, outrossim, ao que parece, pessôas puderosas e diretamente ligadas à Colônia.

De grande importância foi, sem dúvida, no caso, a atuação do padre Antônio Vieira. Conhecedor profundo das questões atinentes à administração pública e homem de inegável prestígio na côrte, já então de partida para o Brasil Setentrional, aonde o impelia intenso ardor catequista, é bem possível fosse êle chamado a opinar a respeito de assunto de tamanha relevância.

Escrevendo, por essa época, a seu rei, assim se expressa o notável orador sacro: "Digo, senhor, que menos mal será um ladrão que dois, e que mais dificultoso serão achar dois homens de bem que um só" Isso varreu, certamente, as últimas exitações que, por ventura, toldassem ainda o espírito do monarca.

A decisão governamental talvez não fosse igualmente estranho o mestre de campos André Vidal de Negreiros, um dos heróis máximos da resistência pernambucana contra os holandeses.

Achando-se em Lisbôa, estando-lhe reservada a missão em verdade extremamente difícil de encabeçar a série de governadores maranhenses, depois da restauração do Estado, seria natural que com êle usassem os dirigentes das mesmas deferências tidas para com Vieira, chamando-o a cooperar ativamente na elaboração da medida unificadora.

Como quer que seja, o Estado do Maranhão e Grão Pará foi recomposto pela régia resolução de 25 de agosto de 1654, e nêle incluindo outra vez o Ceará.

XVI — O NATIVO

Em 1662, vinte e dois anos, portanto, após a independência de Portugal, a situação do extremo norte brasileiro ainda não sofrera alterações de monta quanto ao quadro geral de distribuição das populações rurais ali radicadas; também as concentrações de caráter urbano pouco haviam crescido em número e importância.

Dizia o ouvidor Maurício de Heriarte que, no seu tempo, a cidade de S. Luís contava pouco mais de seiscentos moradores e a de Belém apenas quatrocentos.

Promissor se apresentava, todavia, o panorama econômico naquêles setores do Estado Nortista. Moviam-se, na ilha de S. Luís, dois engenhos de açucar e seis engenhocas; no Mearim, três engenhos; no Itapicuru, seis; no Moní, três. Dois engenhos e cento e vinte moradores possuia cada uma das capitanias imediatas, de Alcantara e de Caeté. A do Pará tinha em atividade sete engenhos e a de Cametá um.

Aproveitando a fertilidade do solo, cultivavam os colonos, na zona desbravada, além da cana de açucar, algum tabaco, algodão, milho e outros produtos julgados indispensáveis ao próprio sustento e ao dos nativos avassalados.

Engenhos e lavouras requeriam, para poder prosperar, braços numerosos e adestrados; e porque, consoante a lenda injusta, (81) todo trabalho manual na zona tórrida fosse considerado nocivo ao branco e quiçá mesmo vergonhoso para êle, era para o filho da terra que se voltavam tôdas as esperanças. Campesinos e moradores das vilas, militares e magistrados, eclesiásticos e artífices, funcionários e pequenos comerciantes não podiam, pois, dispensar-lhe a ajuda solícita, eficiente e disciplinada.

Na sociedade do Estado maranhense dos primeiros tempos, como, aliás, por todo o Brasil quinhentista e mesmo seiscentista, onde não chegara ainda o negro em número bastante, o índio era tudo.

Caçador e pescador habilíssimo, cabia-lhe, conforme já o têm sobejamente evidenciando muitos escritores de responsabilidade, prover a subsistência material de tôda a comunidade.

Enquanto os homens de origem americana atuavam como operários, cultivadores, correios, transportadores de madeiras e buscadores de especiarias nativas, as índias fiavam e teciam e eram as caseiras que atendiam aos serviços domésticos dos luso-brasileiros.

Aqui, no extremo norte, com mais fortes motivos, a penetração do luso-brasileiro

(81) Criada pelos brancos em seu próprio interêsse desde os primeiros tempos de sua estada na zona intertropical, essa lenda continua, ainda hoje, vigente nos autores europeus, mesmo naquêles que passam por especialistas em assuntos relativos aos países sul-americanos.

não se poderia fazer sem o concurso indispensável de seu braço e de sua experiência.

Afeito às longas marchas, conhecedor de todos os segredos das matas e dos rios, atilado e prático, exerciam as funções de guias e remeiros, constituindo sempre a escolta destinada a acompanhar e defender o invasor.

Auxiliar do português nas lutas contra os concorrentes europeus de outras nacionalidades, o reinol não podia igualmente prescindir de seu concurso prestimoso quando se tratava de bater e subjugar o íncola silvícola ou exterminá-lo.

Servia de intérprete e de medianeiro junto às tribos ariscas e era o intermediário sempre disposto a captar-lhes a confiança e reduzí-las à paz propiciadora de convívio mais íntimo e demorado com o alienígena português.

Nas fazendas, faziam-se guardas do gado, vaqueiros e mesmo feitores. Eram vigias solícitos em evitar as ciladas de tapuias irrequietos e agressivos ou neutralizar-lhes os ataques contra núcleos de povoamento surgidos junto aos currais dos primeiros tempos.

Ao índio manso, amigo, cabia, pois, o pesado encargo de auxiliar a defender a integridade física dos moradores e seus bens assim como manter a economia de produção de tôda a colônia. Vivendo, de ordinário, no ócio dissolvente, o ádvena tornara-se, como já o disse alguem, um parasita voraz. Apropriara-se de tôda a energia e de todo trabalho do indígena, que era, no fundo, o único elemento realmente produtor e útil naquela parte do Brasil.

Em época mais próxima de nós, viria em seu auxílio o negro. Êsses nunca foram, porém, muito numerosos na Amazônia propriamente dita, pois tais recem-vindos iam de preferência para o litoral Maranhense, onde, na sua maioria, tinham as atividades dirigidas para a agricultura.

Pelas cercanias dos núcleos de povoamento havia aldeias de índios mansos que de ordinário forneciam os trabalhadores destinados a atender às necessidades dos brancos e que eram então gratificados com o mísero salário mensal, nem sempre satisfeito, de duas e às vêzes três varas de pano de algodão.

O número de assalariados que, por bem ou por mal, eram arrancados a seus lares nunca bastava para fazer face à procura de braços para o trabalho, fato, aliás, comum a todo o Estado do Maranhão. Os rigores escessivos usados por brancos e mestiços em relação aos indígenas e as violências postas em prática a fim de obrigá-los a produzir mais do que, normalmente, poderiam fazê-lo causavam enormes mortandades entre nativos e estimulava nêles o desejo de recobrar a antiga independência. Semelhantes fatos concorriam para acentuar ainda mais a carência de braços.

Em tais contingências, apelaram mais uma vez os povoadores para aquilo que já lhes era tão familiar em outros setores do país, ou seja, para a escravização pura e simples do nativo, prática tão bem ajustada à mentalidade reacionária do lusitano, viciada por longo passado escravagista.

A bula Veritas Ipsa, do papa Paulo III, publicada cem anos antes (2 de julho de 1537), mas ainda em pleno vigor, jazia de há muito sepultada no esquecimento geral. Ela declarava "que os índios tinham todo o direito à sua liberdade, da qual não podiam nem deviam ser privados e tão pouco do domínio dos seus bens", mas não havia quem fizesse cumprir itens tão humanitários.

A sujeição do silvícola não era, já naquela época, emprêsa fácil.

A guerra de extermínio, levada a efeito em grande escala particularmente contra

os Tupinambás, acarretara o desaparecimento rápido e quase total dos silvícolas praieiros. Os remanecentes das tribos destroçadas, que não haviam fugido em condições mesquinhas para o interior, buscavam, medrosos, a proteção dos misionários, que os reuniam em aldeias, de onde só dificilmente podiam ser arrancados pelos colonos.

Em meados do século XVII, não restava, pràticamente na faixa costeira que se alongava do Maranhão ao Gurupá, uma única maloca que valesse a pena ser tomada de assalto.

"Cobriam-se as praias do Estado do Maranhão e Pará, diz o autor do "Noticiário Maranhense", com as aldeias de índios na primeira conquista". E acrescenta: "Ainda que muitos, todos eram poucos para satisfazer a jurisdição dos Maiorais, sendo necessário, para qualquer morador lhe divertir algum, fazer-lhe primeiro a conta do que podia ganhar, mas o trato que sempre lhe deram fazendo trabalhos braçais, conduções do Pará para o Maranhão ou até Sergipe, donde os brancos, passando em barco ao Maranhão, os deixavam meses e tempos com sustento ou sem êle, adoecendo ou morrendo até voltarem de suas negociações, viagens pelos sertões e escravos como hoje ao cravo passando anos continuados sem lugar de comunicaçções com suas mulheres, porque quando cuidam que no cabo de um ano, outro ano e terceiro ano voltaram às suas casas para terem algum descanso, então tornam a começar de novo sempre enquanto não acabam assim uns ao desamparo em uma parte, como as famílias em outras, havendo-se também retirados do nosso trato Aldeias inteiras pelos matos dentro, buscando novos sertões, de que depois se acharam vários vestígios."

As praias encontravam-se, pois, pràticamente êrmas. Havia, porém, ainda o sertão, cujas terras, na frase feliz de Heriarte, "estavam povoadas de bárbaros e infinitas e diversas castas e nações", e que permanecia por assim dizer-se, intacto.

A viagem do Pedro Teixeira, ampliando a noção corrente a respeito das possibilidades da região amazônca, viera mostrar que a floresta não era apenas um repositório amplíssimo de riquezas naturais mas igualmente um viveiro inesgotável de trabalhadores nativos, aberto a tôdas as iniciativas.

Havia mister simplesmente penetrar a selva sem limites.

De acesso difícil, aquêle aglomerado exuberante e caprichoso de troncos e estipes, de ramos e hastes entretecidos por um mundo de lianas multiformes, abrigava também uma fauna traiçoeira e agressiva, que era preciso afrontar de maneira resoluta.

Todavia, a prêsa apetecida do colono — o homem nativo — era alí mais abundante do que tôdas as pragas locais.

Vergado ao peso de um ambiente rico mas de certo modo adverso, êle povoava todos os quadrantes da planície imensa, sendo o seu número computado em três milhões de indivíduos, segundo estimativas as menos otimistas.

Afora agregados de menor vulto e importância, nada menos de seis, dos oito grandes grupos de povos brasílicos considerados pelos modernos investigadores, tinham seu "habitat" na ampla bacia sul americana.

Encontravam-se aí representantes das famílias Tupí-Guarani, Nu-aruaques ou Maipures e Gés ou tapuias e certamente também antepassados dos Betoias e dos Panos, indígenas que ainda hoje avassalam grandes áreas dêsse recanto do Brasil;

os Betoias, disseminados pelas margens do Solimões, os Panos, aparecendo desde o Madeira até o Ucayali.

A julgarmos pelas informações dos cronistas e viajantes do século XVII, quando os conquistadores brancos invadiram a Amazônia, muitas das tribos que constituiam algumas das grandes nações citadas, encontravam-se, já então, em estado de pureza muito relativa, fato que se deve naturalmente considerar como resultado de amiudadas trocas de sangue ou de cultura havidas entre elas e os componentes de outros conjuntos étnicos que demoravam dentro das mesmas áreas culturais.

Semelhante interpretação de sangue e de cultura, que continúa, aliás, a ocorrer em nossos dias, determinou, conforme é sabido, a criação dos designativos sobremodo expresivos de puros e mesclados, impostos pelos melhores especialistas às cabildas que formam o grupo tupi.

Os grupos humanos, do Brasil Setentrional, moviam-se ordinàriamente dentro de limites territoriais definidos, verdadeiros territórios de caças, que eram por êles defendidos com energia e pertinácia contra a pressão de vizinhos irrequietos e agressivos.

Ocupavam, pois, espaços geográficos cuja posse e domínio desfrutavam enquanto fossem suficientemente fortes para conservá-los.

O silvícola da grande planície era, como aliás o próprio homem sul-americano, um alienígena que aí se teria fixado em época não muito recuada, sendo alguns dêles ainda mal naturalizados.

Estudos já bastante antigos induzem a aceitar, como doutrina pacífica, essa procedência alóctone.

Todavia, a proviniência exata das tribos que integravam cada um dêles e o caminho que teriam seguido através do Continente desde o bêrço de origem são assuntos para controvérsia.

Tomando por base o princípio um tanto arbitrário de que, dentro de determinado grupo primitivo em via de expansão, o menor desenvolvimento cultural deva ser acusado pelas tribos que permaneceram estacionadas na área de onde teriam partido suas congêneres mais evolvidas, e mais os dados resultantes do estudo de pressupostos movimentos humanos, antigos e modernos, ocorridos no Brasil, acredita-se hoje que algumas das gentes amazônicas eram oriundas das encostas levantinas dos Andes, enquanto outras haviam descido dos chapadões que circundam a N. O. e S. O. o grande vale sub-equatorial.

Isso se aplica particularmente aos caraíbas, cujo centro de dispersão estaria, segundo apuraram Ehrenrich e Von den Stein, nas fontes do Xingu, e aos Nú-aruaques, procedentes da mesopotâmia rio Negro-Alto Solimões.

Marchando de sul para norte, os componentes do grupo Caraíba atiraram-se à conquista da Amazônia batendo e afugentando os Nu-aruaques, esparramados de longa data sôbre a porção norte da América Meridional e ilhas das pequenas Antilhas.

De cultura assaz apurada, êste povo, oriundo, segundo parece, dos confins da Venezuela, constitui uma das mais interessantes famílias indígenas de todo o Brasil pré-cabralino. Sua influência teria repercutido não apenas nos hábitos e usanças locais, como também na vida do próprio mundo ocidental como inventor da rêde e propagador mais fervoroso do uso do fumo.

Os Gés haviam-se deslocado do longínquo Nordeste, enquanto os Tupis seriam originários do Brasil Meridional.

Povo dotado de grande capacidade de expansão, algumas de suas hordas teriam

penetrado na planície amazônica em data relativamente moderna, tangidas das terras orientais pelo invasor europeu; outras, no entanto, já aí estavam desde tempo assaz recuado e em virtude de naturais movimentos migratórios. Ocorridas antes e imediatamente depois do memorável feito marítimo de Cabral, as imigrações mais antigas haviam sido impulsionados por causas determinantes que permanecem assaz obscuras, malgrado as minuciosas indagações de sábios como Metraux, Ehrenrich, Garcia e outros, que ventilaram demoradamente o momentoso assunto em fartas e eruditas monografias.

Vivendo, em época bastante remota, nas planuras delimitadas pelo médio Paraná e alto Paraguai, ou nas nascentes do Tapajós (Metraux), os tupis teriam, conforme apurou o segundo daqueles escritores, irradiado, em fórma de leque, do primitivo centro de expansão.

Os primeiros enxames avançaram pelo litoral, alcançando a foz do rio Pará, enquanto outros desciam, com igual destino, o Tapajós, "o grande caminho interior das migrações Tupis", indo todos, por fim, convergir em terras do Brasil Setentrional.

Empurradas de seu foco étnico pelos espanhois, algumas tribos tupis fugiram para o Noroeste, passando, diz-nos D. de Carvalho, para o atual território da Bolívia.

Nação numerosissima e belicosa, dominadora antiga de tôda a metade oriental do Planalto brasileiro bem como de grandes trechos das praias atlânticas, os Gés, escurraçados e expulsos da orla litorânea pelos tupis e pelos portuguêses, destacaram colônias que se foram refugiar nas matas da baixada amazônica, onde muitas delas criaram raizes definitivas.

Ao lado de todos êsses troncos raciais que têm uma história, embora seja ela um tanto obscura e em grande parte conjectural, outros existem na Amazônia que são disto inteiramente desprovidos.

Referimo-nos aos Betoias, aos Panos e a certos agregados menores, ainda não perfeitamente delimitados pelos etnólogos e cuja pátria primitiva, assim como filiações étnica e linguística , permanecem um verdadeiro enigma.

Escalonados em estádios de civilização muito diversos e perdidos à beira de êrmos lagos e de cursos dágua coleantes e traiçoeiros, ou enclaustrados em pequenas clareiras naturais abertas no próprio seio da mata bruta, os indígenas, filiados a qualquer dos troncos étnicos citados levavam existência relativamente fácil.

Viviam em regime de econômia primitiva, sustentando-se, como qualquer dos outros silvícolas brasileiros, quase exclusivamente daquilo que a natureza lhes fornecia, ou seja, da caça e da pesca, de frutos e raizes. Alguns, assaz evoluidos para o meio ambiente, agriculturavam em pequena escala.

De ordinário, mostravam-se excelentes nadadores, magníficos pilotos fluviais e canoeiros habilíssimos.

As mulheres de certas cabildas eram exímias nas artes decorativas e seus homens artífices incomparáveis na feitura de artefatos de penas; havia-os mesmo, no ponto de vista puramente artístico, capazes de se ombrear com os mais cultos povos do Novo Mundo. Como ceramistas, não tinham rivais na porção cisandina da América. Os curiosíssimos objetos de barro, exumados das necrópoles indígenas do Baixo Amazonas pelo labor profícuo de numerosos americanistas, assim brasileiros como do Além-mar, estão, pela beleza seus lavores, a atestar a destreza técnica e o apurado senso das linhas e das côres de que se tornara senhor o homem amazônico.

Nem todos eram, porém, tão bem dotados. As florestas equatoriais têm sido sempre o refúgio da vida primitiva; natural é, portanto, que na hiléia se encontrassem igualmente tribos das mais atrasadas do Brasil colonial. Nela vivem ainda hoje, como a reforçar esta nossa afirmativa, os Paumaris e os Uataraques, gentios que, tendo perdido um pouco de sua cultura originária depois que aí se acolheram, vegetam próximo à animalidade.

Não obstante ser tribal, a organização sócio-político da maioria dos selvagens do Grande Vale oscilava, assim como as suas crenças, dentro de limites assaz afastados, que não interessam aqui analizar. De um modo geral, obedeciam, porém, a chefes que os tupis chamavam morubichabas e que, de ordinário, exerciam acentudada influência na vida do grupo; sua autoridade sofria, não obstante, muitas restrições ocasionais.

Ao lado dêsses chefes, cujo poder era, por vêzes, hereditário, estava sempre o pagé, o feiticeiro-curandeiro, a quem cabia tratar os males físicos dos componentes do grupo e dirigir as cerimônias de seus cultos primários.

Onde o poder daquele enfraquecia, o dêste tornava-se tirânico e avassalante.

A belicosidade da gente da hiléia brasileira não era, ordinàriamente, das mais acentuadas. Mesmo os representantes do grupo Gê não se mostravam tão ferozes quanto seus rudes parentes de leste.

O ambiente rico, a existência fácil que predispõe à pacatez tão encontradiça entre membros das comunidades bem abastecidas, plasmara-os, de certo modo, pacíficos, hospitaleiros e de bons tratos, embora imprevidentes, pouco ativos e sem nenhum amor ao trabalho continuado e produtivo.

Conluios e revoltas, forjadas em comum contra os brancos, foram, por isso mesmo, relativamente raros na Amazônia.

A confederação, organizada por Ajuricaba com seus Manaus e Malperuas, é apenas uma excepção honrosa a apontar-se, e ainda assim não teve, nem de longe, a amplitude e o interêsse histórico da coligação dos Tamoios, no Rio de Janeiro, da dos Galaches, na Bahia, e mesmo da dos Cariris e Anassés, no Nordeste, tão celebradas tôdas nos anais pátrios dos dois primeiros séculos.

A floresta imensa, dominando grandes amplidões de terras encharcadas e quase impedindo a intercomunicação dos grupos, e a própria incultura dos componentes humanos que ali viviam, não eram de molde a facilitar, no homem nativo, a eclosão e o desenvolvimento de tendências gregárias e associativas, visando a combater os estrangeiros intrusos.

À regra geral de pacatez fugiam, é certo, tribos como a dos Torás, dos Neengaíbas, dos Mundurcus, dos Muras, dos Tupinambás, êstes então recém-chegados ao estuário, e poucos mais; todos, ou quase todos, já escarmentados pela influência de um contato anterior com gentes alófitas de origem transatlântica.

A relativa brandura do íncola do extremo norte, brandura que, de certo modo, facilitaria a penetração colonizadora da Amazônia brasileira, contrastava, aliás, de modo acentuado, com a rudeza de ânimo dos seus vizinhos do Nordeste.

Amazonenses e nordestinos, premidos naturalmente pela necessidade de alimentos azotados, praticavam, não raro, a antropografia, bárbara usança que se tem procurado justificar evocando duvidosos pretextos.

Todavia, os silvícolas do Brasil Norte Oriental eram bem mais obstinados nessa prática, julgada hoje profundamente bárbara e revoltante. A vida passada nas savanas do meio norte ou na caatinga nordestina, êsse cenário ora adusto ora virídente que se desdobra da costa norte oriental até o rio Parnaíba e vai alcançar, pelo sul, as barrancas do S. Francisco, mantivera os bravios, arrogantes e vigorosos.

Aí estavam os cabocios menos cultos da grande nação Gê e que foram o terror constante dos colonizadores brancos. Dá-nos a primeira nota da ferócia dos aborígenes nordestinos o assassínio do Pe. Francisco Pinto, o venerável apóstolo da Ibiapaba, enquanto sua bravura é atestada, no alvorescer da conquista, pela resistência, pertinaz e heróica, que opuzeram às hostes invasoras de Pero Coelho, derrotando-as ao fim de longo período de lutas.

A seguir vêm os intermináveis e sangrentos conflitos armados pela rebeldia dos Paiacus cearenses, bem como a revolta memorável dos Tapuias piauienses, que durante vários lustros manteve em choque as forças do mestre de campo Bernardo Carvalho de Aguiar.

As tribos que, a êsse tempo, habitavam o Nordeste eram numerosíssimas. Possuindo cada uma seus caracteres específicos, distribuiam-se caprichosamente em domínios territoriais que, não raro, se interpenetravam.

Errando pelas praias, no saliente setentrional do Ceará, viviam os Tremembés, silvícolas de filiação duvidosa e cujos domínios iam até o Gôlfão Maranhense; a costa, ao nascente do Ceará, era assenhoreada por hordas de Potiguares, transmigradas, pouco antes, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, de onde as tinham expelido o invasor branco. Pertenciam, também, a esta grande família brasileira os tabajaras, que ocupam o terço norte da serra da Ibiapaba.

Impelidos pela conquista (como seus irmãos de sangue, os Potiguares), êles se tinham refugiado naqueles altiplanos muitos decénios antes da colonização do Nordeste sendo, por isso, aí numerosíssimas as suas aldeias já ao iniciar o século XVII. Não obstante senhores das melhores terras da região serrana, entretinham boas relações de amizade com os tapuias das vizinhanças e incursionavam frequentes vêzes pela baixada cearense, indo até a praia, onde haviam fixado morada muitas cabildas de sua raça.

No sul das Capitanias do Piauí e Ceará, dominando, nesta, o opulento vale do Cariri e terras próximas e, naquela, as bacias de alguns tributários do Parnaíba, viviam hordas da nação Cariri, agregado racial típico, que parece ser próprio da grande peneplanície nordestina.

Constantemente em luta com os silvícolas de outras parentelas, espalhavam-se elas também pela zona do alto sertão, desde o Plancó, na Paraíba, até as ribas pernambucanas do S. Francisco.

Havia-as, pois, em números assaz considerável nos tabuleiros piauienses e em alguns trêchos das caatingas baianas.

"Começavam pelo menos no Paraguaçu e chegavam talvez mesmo ao Itapicuru Maranhense", afirma o mestre Capistrano.

No centro, entre os Cariris e o litoral, estendiam-se as terras sujeitas aos Taraírius, velho povo indígena banido das praias mas ainda as frequentando na época em que as chuvas amadureciam os cajus, de que eram grandes apreciadores.

Hordas tarairius desempenhariam papel de destacado relêvo na época da dominação holandesa, tomando o partido dos batavos contra os portuguêses, a quem devotavam um ódio irrefragável.

Êsse grupo étno-linguístico, aliás criado graças a estudos muito recentes (82) da cultura e da língua dos antigos moradores da região Norte-Oriental, tinha sua gente espalhada desde o S. Francisco até as margens do Parnaíba.

Em chãos do Piauí e do Maranhão encontravam-se, além dos tupís e tapuias já citados, tribos ligadas ao tronco Caraíba, tais como os Pimenteiras, que tanto atormentaram os criadores do sertão, e outras tribos de filiação bastante duvidosa. Nesse caso estão os antigos moradores das parfítas maranhenses, povo cuja existência nos foi revelada pelo naturalista Raimundo Lopes mas a respeito do qual nada se sabe ao certo.

Foi contra todos êsses homens que, desde os albores da conquista, lançaram-se os portuguêses, ávidos sempre de braços abundantes e baratos.

De dois processos usavam êles ordinàriamente para conseguir a escravaria de que tanto necessitavam. Obtinham-na seja por intermédio de expedições armadas, que os próprios interessados mandavam do sertão sob o pretexto um tanto duvidoso de revidar agravos pessoais recebidos dos nativos, seja recorrendo às chamadas tropas de descimento e de resgate, processo êsse talvez mais humano, porém não menos torvo.

Constituiam, as tais tropas de resgate, troços de sertanistas experimentados e audazes que peregrinavam pelas aldeias indígenas do interior com o fito, em aparência filantrópico, de redimir os prisioneiros que nelas achassem "sob corda", eufemismo com que era de uso designarem-se os indígenas condenados a servir de repasto e seus captores. Adquiriam também os escravos de qualquer sexo ou idade que os moradores das aldeias vizinhas houvessem apresado no decorrer de suas incursões contra as tribos rivais da circunvizinhança e que ainda mantivessem subjugados.

As tropas de resgate, que assim salvaram da morte ou do jugo de seus rivais americanos um grande número de íncolas, não agiam, porém, impulsionadas pelos

---

(82) Constituiam um povo bem caracterizado pela sua cultura e pela sua língua, genuinamente nordestino; era composto de várias nações subdivididas em numerosas tribos. O **habitat** dêstes ameríncolas estendia-se do Piauí, provàvelmente das margens do rio Parnaíba, pelos sertões e praias do Ceará e do Rio Grande Norte, sertões de Paraíba e Pernambuco até além do rio São Francisco, no território baiano. O pouco que se conhece da etnologia e da língua autoriza enquadrar esta gente tapuia numa família étnico-linguística distinta. Os seus hábitos e costumes e sua língua oferecem singularidades que diferenciam a sua cultura e o seu falar, suficientemente, dos de qualquer outro grupo congênere da América.

A nova família impôs-se o nome da nação mais conhecida do grupo, que é a dos Tarairius, habitantes de vastas regiões do Ceará e sobretudo do Rio Grande do Norte, nos tempos coloniais.

O que, presentemente, se sabe da língua desta enorme família ainda não permite a análise etimológica dos topônimics correspondentes, tão abundantes em todo o sertão nordestino. Apenas um ou outro nome de lugar, desta origem tapuia, deixa lobrigar a sua verdadeira significação. O mais conhecido é **Poró, vocábulo com que se denomina no Ceará** uma fazen[illegible] médio do Rio Banabuiú e outra do baixo Jaguaribe. Há vários outros exemplos tanto no Ceará como no Rio Grande do Norte, da utilização toponímica desta palavra tarairiu, que significa o lugar onde se realiza certa festa própria do grupo. (Pompeu).

ditames da fraternidade. Queriam os nativos não para dar-lhes a liberdade, mas para submetê-los a um destino bem mais vexatório que o próprio cativeiro ou a própria morte entre seus iguais.

Maugrado abusos sem conta praticados pelos povoadores brancos, muitas vezes com a anuência dos próprios governantes, a caça aos indígenas não se fazia, ordinàriamente, pelo simples arbítrio dos colonos nela interessados.

Para que a garra dêsses salteadores brancos pudesse caír sôbre as tribos sertanejas, era mister que a guerra, em vias de ser declarada, fosse prèviamente considerada justa pelas autoridades locais, praxe que requeria o cumprimento integral de um grande número de formalidades.

As entradas das tropas de resgates, por sua vez, tinham que ter também um certo cunho de legalidade. Para que elas baixassem ao sertão e os bárbaros que lograssem descer fôssem tidos por cativos ou "peças" era imprescendível que a Junta de missões e propagação da fé — espécie de tribunal mixto, instituido durante o govêrno de André Vidal de Negreiros —, se pronunciando a respeito, julgasse oportuna a sua organização e aquiescesse em permitir a sua partida para o interior.

Cumpria, além disso, à Junta examinar, após o regresso dos expedicionários, a legitimidade de cada um dos resgates por êles praticados e, portanto, sua validade.

Para os índios que fossem capturados no decorer das operações de guerra, o cativeiro era perpétuo; para os que fossem, porém, resgatados, o tempo de servidão restringia-se, oficialmente, a dez anos, findos os quais êles podiam ir-se embora por sua livre vontade. Os que ficassem com seus antigos senhores não deveriam ser constrangidos a servir sem salário.

Êsses e outros dispositivos, constantes da copiosa e contraditora legislação beneficiadora dos nativos, nem sempre eram respeitados e cumpridos. Os colonos, iludindo as cláusulas da lei, praticavam contra os direitos dos índios abusos sem conta a que o governador e capitães-móres não raro cerravam olhos e ouvidos.

Vigoravam ainda na colônia as chamadas operações de descimentos, dirigidas ou orientadas por eclesiásticos de várias ordens que na ocasião atuavam também como catequistas. Nêsse caso, tribos inteiras eram por êles induzidas a deixar as suas brenhas e a vir fixar residência junto aos povoados cristãos do litoral.

Mesmo quando assim aquiesciam voluntariamente em emigrar, estavam sujeitas, do mesmo modo que os demais nativos submissos ou aliados que demoravam pelas cercanias dos brancos, a serem requisitados tanto para a guerra como para os serviços domésticos e para a construção de edifícios públicos, fortificações e outras obras de El-rei.

As tropas de guerra e de resgates e os descimentos de índios, de que acabamos de falar, tiveram sempre terríveis efeitos despovoadores. Consoante observa o atilado Virgílio Correia, quando um dêsses grupos armados embocava por algum rio, com a mira em determinada tribo, não tardaria o inteiro aniquilamento de seus moradores nativos.

Tais atividades beneficiaram, todavia, os conhecimentos geográficos regionais uma vez que êles desempenharam notável função desbravadora.

Itinerantes infatigáveis, os caçadores de índios, revelando muitas das grandesas amazônicas, ampliaram, pois, consideràvelmente, a área de influência luso-

brasileira, influência que, logo a seguir, seria consolidada pela ação missionária.

XVII — OS MISSIONÁRIOS

A cada grupo de aventureiros que, sob os mais desencontrados pretextos, invadia a interlândia nortista nos primeiros dias do século XVII, agregavam-se invariàvelmente predicadores católicos.

Copartícipes humílimos das entradas pioneiras da centúria anterior, cêdo viriam tais missionários a ocupar uma posição de acentuado destaque também na obra formidável da conquista e colonização das terras amazônicas.

Juntando-se aos bandos armados que partiam para as agras caminhadas sertanejas da caça ao silvícola ou para as difíceis operações de descimento e resgate, êles não levavam, porém, em mente os mesmos propósitos egoísticos que animavam os seus companheiros de jornada. A missão que lhes cabia desempenhar, na vasta planície equatorial, era bem mais humanitária e cristã. Seguindo a norma invariável traçada pelos catequistas que muito antes haviam penetrado em outros recantos selváticos do Brasil Colônia, iam os nossos padres intentar corrigir, tanto quanto possível,os desregramentos e as violências dos brancos, mamelucos e índios mansos que usualmente integravam tais conjuntos expedicionários. Iam, outrossim, amparar material e espiritualmente os aborígenes que, porventura, caíssem vítimas da sanha dos conquistadores luso-brasileiros, missão quase divina que desempenharam sem desfalecimentos nem tergiversações.

Com o decorrer dos dias, sem deixar de participar como capelães das expedições desbravadoras de que eram, por assim dizer, as figuras obrigatórias, os missionários nortistas, que tinham convento em Belém e S. Luís, fizeram-se, êles mesmos, os sertanistas, organizando, por conta própria, entradas que, despidas de aparatos guerreiros e sem os impulsos da cobiça, penetravam o sertão com o fito especial de realizar a tarefa penosa mas edificante de conversão das gentilidades.

Todavia, as bandeiras religiosas que, dêsse modo, começaram a cruzar a retroterra nortista não visavam, apenas, a catequizar os silvícolas, persuadindo-os a descer de suas brenhas rumo às aldeias cristianizadas da zona costeira, onde seriam induzidos a mudar de hábitos, de crenças e de idéias. Abrasados por intenso ardor apostólico, iam, muitas delas, fundar, no coração da própria selva equatorial, povoados estáveis, onde os indígenas perseguidos e expoliados pudessem encontrar a paz e a assitência religiosa de que tanto estavam a necessitar.

Erigindo tais aldeias, de preferência bem longe das áreas já desbravadas pelos brancos, os padres não serviam apenas ao superiores interesses da caridade, mas davam igualmente começo à ocupação produtiva da terra e, assim, nela sòlidamente implantavam o domínio lusitano. Tornaram-se os misionários, dêsse modo, os verdadeiros iniciadores da colonização européia em tôda a interlândia nortista.

Como observa com argúcia Moacir Paixão, "durante largo tempo da expansão sertanista o vale do Amazonas sofreu o mesmo fenômeno de dilatação despovoadora verificado em outras regiões da Colônia. Os entradistas cobriam rios, transpunham cachoeiras, varavam as selvas, mas não se fixavam nunca, não ocupavam

nem exploravam as terras constantemente transitadas. Apenas colhiam as drogas, aprezavam as peças do sertão, e fugiam às densidades selvagens, rumo ao pouso central, Belém. Se, nas paragens do Centro e do Sul, essa expansão era quase sempre seguida da fixação da terra pela plantação da cana de açucar, do algodão, do fumo, pela localização nas proximidades das minas e pela criação do gado, aqui, na Amazônia, o predomínio das águas e das matas dificultava a lavoura e impedia a pecuária. Minas também não havia, para mover as grandes massas humanas e arrastar o repovoamento às zonas desgastadas.

"De sorte que mais de um século de existência colonial o vale amazonense esteve aberto às ambições sem freios do homem do atlântico, perdendo seu material humano em escalas avantajadas."

"Sòmente na segunda metade do século XVII é que aparece o estancieiro ou o senhor de engenho e o missionário, com sua organização estatal suase perfeita para a época". (83)

Apesar de concorrerem de forma acentuada para a ruina dos povoadores da zona litorânea, tirando-lhes, conforme lembra o mesmo autor, a mão de obra indígena de que tanto necessitavam, as aldeias missionárias da Amazônia não teriam felizmente o trágico destino de suas congêneres do sul, pouco antes vergadas ao pêso da ambição das bandeiras escravagistas de Piratininga. (84)

A êsse tempo já se tinham estabelecido em Belém várias ordens religiosas.

Aí se encontravam, com efeito, trabalhando no grande campo missionário, os Capuchos da Província de S. Antônio, os Mercedários, os Jesuitas e os Carmelitas calçados. Êstes, oriundos de S. Luís, onde mantinham casa, haviam entrado na Amazônia em 1627. Um sacerdote da mesma regra, o Pe. frei Cosme da Anun-

---

(83) Moacir Paixão e Silva — Formação Econômica do Amazonas. Porto Alegre 1940.

(84) Enquanto os luso-brasileiros vingavam a gleba imensa, os paulistas, buscando remédio à penúria em que viviam, invadem, no sul, as terras castelhanas para arrazar as famosas reduções criadas, a partir de 1610, pelo trabalho paciente e profícuo dos jesuitas do Paraguai. Patriótica, para alguns, porque teriam expulsado dos limites da terra de S. Cruz vassalos do rei de Espanha; a página, assim escrita por êsses mamelucos rapaces, é, com justa razão, para a grande maioria dos nossos escritores, a mais soturna de tôda a história do bandeirismo.

Roberto Simonsen assim minudencia e recorda êsse tenebroso drama: Os paulistas, diz êle, entre 1628 e 1630, destruiram uma dessas missões tendo os povos das restantes, S. Inácio e Loreto, emigrado para as missões do Paraná, numa retirada, pintada com as côres mais sombrias pelos cronistas Jesuitas da Ordem. Em 1631, aniquilaram os paulistas as cidades de Vila Rica e Ciudad Real de Gúayra. Em 1631, fundaram os jesuitas as missões dos Itatines, ao Sudoeste de Mato Grosso, que foram também arrasadas pelos Paulistas, em 1632. Nesse mesmo ano, assaltaram e destruiram o estabelecimento espanhol de Santiago de Xerez, sito perto das nascentes do Aquiduana, em Mato Grosso. Em 1636, os paulistas investiram contra as missões do Tape e do Uruguai, que, até 1638 foram umas arrazadas e as restantes expulsas para a margem ocidental do Uruguai. Destruiram-se assim, em pouco mais de 10 anos, tôdas as reduções do Paraná, no atual território argentino das missões, devido à derrota sofrida pelos paulistas em Bororé, na investida que parece ter sido comandada por Jerônimo Pedroso de Barros. Essa data assinala a organização definitiva das reduções jesuíticas. De fato, abandonando as comarcas afastadas, agruparam suas reduções nas margens do Paraná e do Uruguai, na parte que êstes rios, mais se aproximam. Mais tarde, ocuparam novamente uma parte do território do Rio Grande, fundando aí os Sete Povos, que com as missões argentinas e as oito reduções em território paraguaio, ao Norte do rio Paraná, constituiam as 30 doutrinas jesuitas"...

(Roberto Simonsen-História Econômica do Brasil, S. Paulo 1937, t. 1.322.)

ciação, fôra companheiro de Alexandre de Moura na expedição de 1615 e tomara parte destacada nas guerras de conquista do Maranhão.

Os Franciscanos Capuchos, os primeiros missionários portugueses a pisar as terras virgens do setentrião brasileiro (85) aí aportaram logo em 1616, sob a direção de Frei Antônio de Marciana.

Vindos ao Meio-Norte com o fito de prestar socorros espirituais aos soldados luso-brasileiros em luta contra os franceses de S. Luís, êles acompanharam depois, com os mesmos propósitos, as fôrças de Caldeira Castelo Branco até Belém. Construiram sua primeira casa residencial no Una, junto à baía de Guajará, onde, até fins de 1618, residiram apenas dois capuchinhos, frei Cristóvão de S. José e frei Antônio de Marciana, sacerdote que desempenharia largo e agitado papel na vida pública local.

Em princípios do ano seguinte, chega à sede da capitania do Grão Pará o capuchinho frei Manuel da Piedade, trazendo, por ordem do rei, cem casais de índios mansos, a fim de ajudar as autoridades locais na guerra, contra os indígenas das circunvizinhanças do forte de Presepe que se achavam revoltados.

Vinte e três anos depois dos Capuchos, apareceriam no Pará os religiosos da Ordem Calçada de Nossa Senhora das Mercês, trazidos de Quito por Pedro Teixeira, ao regressar de sua vitoriosa expedição de reconhecimento.

Por motivos não bem esclarecidos, tomara-se o grande cabo de guerra de especiais simpatias pelos frades espanhois e os induzira a acompanhá-lo até Belém, onde iriam ter missão fixa.

Sua primeira morada foi erigida sob a direção de Frei Pedro de la Rua de Santa Maria.

A Companhia de Jesus só em 1653, com os padres Gaspar Fragoso e João de Souto Maior, deu começo às suas atividades apostólicas na grande planície amazônica.

Anteriormente àquele ano, haviam, é certo, estado no Pará os jesuitas, padres Andrés de Artieda, Cristóvão de Acuna e Luís Figueira, que devem, porém, ser antes considerados meros percursores dos seus irmãos de hábito. Os dois primeiros, vindos na comitiva de Pedro Teixeira, nada realizaram no setor da evangelização porque logo passaram à Europa, que era, conforme vimos anteriormente, o destino que levavam. Quanto ao Pe. Luís Figueira apenas preparou o terreno que deveriam semear outros obreiros de Cristo. Abrasado pela febre do proselitismo que, conforme recorda Lúcio de Azevedo, sempre nêle foi constante, aportara ao Pará em 1636 e logo, internando-se nos selváticos sertões do Xingu, tomara contato com os infiéis naquele rio e lhes impuzera os rudimentos da fé. Cêdo, porém, de lá retornara caminho do Velho Mundo em busca de amparo oficial para a sua obra civilizadora e de colaboradores que nela quizessem cooperar.

---

(85) Antes dêles, desceram a Amazonas frei Gaspar de Cavajal e frei Gonzalo de Vera em companhia de Orellana. O primeiro escreveu a "**Relacion del Nuevo descobrimento del famoso Rio Grande que describrió por muy gran ventura el Capitan Francisco Orelana desde que nascente hasta subir à la mar**" que só foi publicado integralmente em 1894, por interferência do americanista José Toríbio de Medina.

Faleceu quando regressava à Belém em companhia de 14 missionários de sua ordem. (86)

Aos Pes. Gaspar Fragoso e João Souto Maior coube, pois, a glória de ser, no Extremo Norte, os verdadeiros iniciadores da formidável obra missionária que aí seria empreendida pela milícia de Cristo, com os mesmos êxitos já alcançados nos outros pontos da terra brasileira.

Chegaram ambos a Belém no dia 5 de dezembro de 1652 e, como pertencessem à benemérita Companhia de Jesus, cuja fama de acérrima inimiga da escravidão vermelha era de todos conhecida, tiveram uma acolhida das menos calorosas. Ao Pe. Souto Maior, que, com o seu irmão de hábito, deixara o Maranhão pelo Pará sob o pretexto de aí abrir aula de latim e de doutrina para os filhos dos povoadores brancos, obrigaram mesmo, pela fôrça, a firmar um documento no qual se comprometia a permanecer alheio ao negócio dos resgates.

Por estranho que pareça, a índole arraigadamente cristã e católica dos colonos portuguêses, mentes limpas de quaisquer laivos de cepticismo e de impiedade pela ação coatora da Santa Inquisição Romana, não impedia tais excessos contra os ministros autorizados da Igreja. Essas e outras violências sôbre êles exercidas pelos moradores não obstaram, porém, a que os filhos de Loiola assumissem, desde os seus primeiros dias de Amazônia, o papel de paladinos na luta pelos direitos dos selvagens, a quem os reinós insistiam em considerar meros instrumentos de produção.

Defensôres natos dos indígenas, não podiam, pois, os jesuitas fugir de entrar, como entraram, em conflito aberto com aquêles homens interesseiros e que sustentavam princípios tão contrários aos seus.

A luta que, assim, desde logo, se travou entre colonos e jesuitas e que encheria mais de um século da história nortista, tomou feição particularmente violenta e crua ao surgir no cenário esplêndido do Setentrião brasileiro a figura ímpar do Pe. Antônio Vieira, "glória de Lisboa pelo nascimento, honra do Brasil pela criação, e, pela profissão, crédito da Companhia de Jesus, e serviços de ambas Majestades", no dizer pomposo do Pe. José de Morais.

Nomeado,em 1652, superior das missões jesuíticas de todo o Estado do Maranhão, unidade administrativa que acabara de ser separada em duas pelo decreto real de 23 de fevereiro daquele ano, o onipotente conselheiro de D. João IV relutara, a princípio, em abandonar as branduras da côrte portuguêsa e expatriar-se.

Abrazava-o, sem dúvida, o entusiasmo da obra de evangelização que poderia realizar na outra banda do Atlântico; abrigava em si o desejo de pôr a serviço da defesa do natural daquela terra todo o pêso de seu prestígio e o vigor de sua

(86) Volvendo ao Pará nove anos depois, com 14 religiosos de sua ordem o barco que os conduzia, perdido ns baixios que bordam o último trecho do rio Pará, soçobrou próximo a baía do Sol. Os náufragos que não poderam acompanhar o governador que com êles também realizara a infauta travessia do Atlântico, acolheram-se a uma jangada feita com os destroços da náu sinistrada. Tangida dos ventos, a embarcação improvisada foi ter às costas da ilha de Marajó como se a mão da Providência se comprazesse a guia-la a gloriosos destinos.

O Pe. Luís Figueira e mais dez eclesiásticos pereceram vítimas da ferócia dos Aruns que assim cevavam nos religiosos seu ódio aos conquistadores brancos sempre arrogantes e crueis.

Dos três religiosos escapos ou naufrágio nenhum desenvolveu suas atividades apostólicas no Pará.

inteligência privilegiada. Todavia a perspectiva de ter de cingir-se apenas à tarefa obscura e molesta de orientar a pregação da fé entre os broncos ameríndios, fazia, como é natural, exitante e mole "aquem pelo talento de sua palavra insinuante, e pela novidade e clareza das idéias", "cativara, em Paris, Haia, e Roma, tantos espíritos adversos."

Deus venceu porém, conforme confessaria mais tarde o próprio Vieira em carta ao príncipe D. Teodósio, e ei-lo missionário.

Onze inacianos, entre padres, estudantes e coadjutores, deviam seguir em sua companhia até S. Luís para secundá-lo em seus humildes labores apostólicos. Êsses religiosos, que levavam a particular incumbência de reorganizar e soerguer os negócios da Companhia naquela parte da Colônia, partiram na mesma frota em que embarcaram os novos governantes que iriam dirigir os destinos das duas capitanias nortistas.

Vieira, retido em Portugal por imposição do próprio soberano, só em fins de 1653 aportou ao Maranhão, de onde zarpou, tempos depois, para a vila de Belém.

"Tinha então quarenta e cinco anos, e ia, diz-nos Lúcio de Azevedo, encetar no Brasil uma carreira nova, na idade em que, para muitos outros, uma existência tranquila é o prêmio de passados labores. E, com isso, não sòmente o objeto de sua atividade mudava como também as condições da existência se lhe deparavam mui outras. Aos cômodos da vida material, que nas casas da Companhia eram compatíveis com a frugalidade da regra, iam suceder as privações de uma forçada pobreza; ao trato polido e ameno de gente culta, a convivência, não isenta de perigos, dos selvagens; às considerações, que lhe tributavam no paço e nas côrtes estranhas, a hostilidade grosseira dos colonos, cuja rudeza se agravava, pelo ódio tradicional aos jesuítas."

Coagido algum tempo depois, pelos próprios encargos da catequese, a deixar os companheiros de apostolado e transportar-se apressadamente ao Velho Mundo, levou Vieira à metrópole lusitana, "as vozes da súplica da raça oprimida" que enlanguecia e se abastardava.

De Lisbôa, palco de antigos triunfos e onde o monarca o ouviu com a solicitude que sempre lhe dispensava, logo arripiou caminho, regressando ao Brasil como um triunfador. Trazia em mãos o estatuto régio de 9 de abril de 1655, cujos dispositivos peremptórios proíbiam o cativeiro dos incolas, salvo em casos bastante especiais. (87)

Segundo as novas tendências da alta administração metropolitana, tendências expressas neste regimento, a doutrinação e govêrno espiritual dos índios de todo o setentrião brasileiro deviam igualmente passar à conta dos religiosos da Companhia de Jesus.

A lei, tão contrária aos interesses dos exploradores do trabalho indígena e, por isso mesmo, ardentemente desejada pelos jesuítas, era, pode dizer-se, um prêmio concedido por D. João IV ao grande pregador, pela pugnacidade e veemência com que soubera defender os direitos da raça perseguida. Era, também, ao mesmo tem-

(87) Os casos eram os seguintes: 1º quando tomados em guerra justa, para a qual concorressem tôdas as circunstâncias expressas na mesma lei; 2º, quando opusessem resistência à pregação das verdades evangélicas; 3º quando fôssem presos à corda, destinados para ser comidos; 4º, finalmente, quando vendidos por outros índios que os houvessem tomado em guerra.

po, a pública resposta com que revidava os insultos e vexames sofridos pelo amigo e antigo conselheiro.

Superior de pugilo de abnegados sacerdotes, alguns dos quais o haviam precedido no campo da luta pela nobre causa de Deus, a autoridade de Vieira, mais do que nunca fortalecida, dilatava-se agora por centenas de léguas quadradas e abrangia enorme população nativa.

Onze aldeias no Maranhão e Gurupi, seis nas vizinhanças do Pará, sete no Tocantins, vinte e oito no Amazonas, constituíam, então, diz-nos Lúcio de Azevedo, o patrimônio efetivo dos Jesuítas.

Era na realidade imenso o território já incorporado ao Império e à fé católica pelos missionários em suas arremetidas heróicas buscando neófitos. Vieira, sempre insatisfeito, sonhava, porém, com novos horizontes para seus zelos. A ilha de Marajó, que senhoreavam aruãs e neegaíbas, e a região do Solimões e altos rios, povoada de incontáveis gentilidades, alargavam-se a faina produtiva dos bravos catequistas e deviam ser o campo opímo, agora que êles pretendiam ativar, a todo transe, os trabalhos de evangelização.

As vistas ansiosas do incansável batalhador voltavam-se também amiúde para a Ibiapaba, onde viviam índios truculentos cujos antepassados haviam, talvez decênios antes, acumpliciado com os Tacarijús para a trucidação do venerando padre Francisco Pinto. Acariciava o pensamento de sujeitá-los à Ordem para assim gozarem os benefícios da vida civilizada a cristã.

Assistido por vinte companheiros apenas, sem medir canseiras e sacrifícios, el-lo, pois, que se lança à emprêsa sobrehumana de disseminar a boa doutrina por sôbre aquelas terras ásperas do Estado do Maranhão e conduzir seus habitantes ao caminho do salvamento.

Ainda que o número de obreiros fôsse desproporcionado à enormidade do encargo assumido todos revelaram o firme propósito de perseverar na tarefa encetada e um intenso desejo de triunfar. (88)

No seio das outras ordens religiosas que participavam da catequese, não eram menores os anhelos de incorporar o homem amazônico à catolicidade, tarefa que, na maioria dos casos, propiciava aos que a executavam mais sacrifícios e dissabores do que proventos e glórias.

Para ir buscar os índios ao interior do país e encaminhá-los aos centros civilizados do litoral, deviam os padres, com efeito, empreender longas e cansativas caminhadas em que, de ordinário, gastavam muitos meses. Jornadeavam, dêste modo, milhares de quilômetros a pé, em canôas ou balsas, vadeando corredeiras, curtindo fomes e arrostando doenças e perigos sem conta, até descobrir-lhes as malocas sumidas nas margens dos rios e caudais ou ocultas nos lugares mais recônditos do sertão. (89)

---

(88) Ver C. Studart Filho. "A missão Jesuítica de Ibiapaba". Rev. do Inst. do Ceará Tomo LIX, 1945.

(89) Dos graves perigos a que estavam expostos os pregadores do evangelho, já falava, quase cem anos antes, o padre José de Anchieta em sua carta de 1584.

"Os perigos e trabalhos que nisto se passam, pela diversidade dos lugares a que acodem, escrevia o Anchieta, se podem conjetuar. Perigos de cobras, de que ha grandissima cópia nesta terra, de diversas espécies, que ordinàriamente matam com sua peçonha, de que frequentissimamente quase por milagre são livrados, e alguns mordidos sem perigar; perigos de onças ou tigres

Chegados ao recinto das aldeias, maiores eram ainda as vigílias e os sacrifícios exigidos aos missionários. Começava para êles a emprêsa sobrehumana de incutir os rudimentos da fé nas multidões desordenadas e instáveis que por aí viviam.

Além da obra apostólica de conquistar a alma remissa dos selvagens, havia o mister de arrebanhá-los e, com êles, de novo, refazer o áspero caminho que conduzia até a zona litorânea mais em contato com a cultura européia e onde encetariam o difícil aprendizado da vida civilizada.

"À voz do missionário, as tribos abandonavam pois os passageiros lares, que, em sua existência quase nômade, haviam assentado à beira dos rios, ou no recôndito das matas, e vinham, diz-nos Lúcio de Azevedo, estabelecer-se em povoados na vizinhança dos cristãos. Seduzidos com presentes ínfimos, rendiam-se à vontade sugestiva dos padres, e seguiam-nos, com a inocente cobiça do animal faminto a quem acenam com algum saboroso bocado. Em caminho, convencidos por dádivas ou promessas, recebiam o batismo, aprendiam a imitar os sinais exteriores do cristianismo, decoravam preces cujas palavras mal repetiam, fórmulas cuja idéia simbólica jamais haviam de compreender.

"Quando acordavam do sonho de bem estar, quão mesquinho que lhes deslumbrava as imaginações infantis, era tarde. O padre sugestionara-os, quebrando-lhes as vontades, e fizera deles um imenso rebanho, escravizado aos gestos do pastor. Durante a jornada pereciam muitos, principalmente crianças; mas, como já fossem batisados, os padres exultavam: eram outras tantas almas ganhas para o ceu."

A mais remota entrada religiosa de cunho exclusivamente missionário foi, sem dúvida, a realizada pelo Pe. Luís Figueira, no Tocantins, da qual colheu, ao que parece, apenas mesquinhos resultados. Antecederam-na e seguiram-na, é certo, expedições de resgate de caráter leigo, organizadas pelo govêrno ou pelos moradores, e nas quais, como dissemos, iam ordinàriamente religiosos catequistas.

Tais entradas, que também abriam os sertões à exploração do colono, não pertencem, porém, ao ciclo propriamente missionário.

Dêste ciclo é a viagem, em 1659, de religiosos aos Tupinambás, que então demoravam à margem do Tocantins, no decorrer da qual mais de mil silvícolas foram descidos para Belém. Nêle se incluem outrossim a entrada ao rio Negro que teve

---

que também são muitos, pelos desertos e matos, por onde é necessário caminhar; perigos de inimigos de que algumas vezes por Providência Divina tem escapado; tormentos por mar e naufrágios, passagens de rios caudalosos, tudo isto é ordinário; calmas muitas vezes excessivas que parece chegar homem a ponto de morrer, de que vem a passar gravíssimas enfermidades; frio, principalmente na capitânia de S. Vicente, no campo onde já por vezes se acharam índios mortos de frio, e assim acontecia muitas vezes, ao menos no princípio, a maior parte da noite não poder dormir de frio nos matos por falta de roupa e de fogo, porque nem calça nem sapatos havia, e assim andavam as pernas queimadas das geadas e chuvas muitas e mui grossas e contínuas, e com isto grandes enchentes de rios e muitas vezes se passam águas muito frias, por longo espaço pela cinta e às vezes pelos peitos; e todo o dia com chuva muito grossa e fria, gastando depois grande parte da noite em enxugar a roupa ao fôgo, sem haver outra que mudar. E contudo nada disto se estima; e muitas vezes, para acudir a batizar ou confessar um escravo de um Português se andam seis e sete léguas a pé, e às vezes sem comer.

Não ha descanso, e nisto se gasta cá a vida dos Nossos, com que se tem ganhado em todo o Brasil muitas almas ao Senhor."

lugar em 1657 e a missão realizada, dois anos depois, por Vieira à ilha Joanes, onde logrou finalmente reduzir à obediência os Neengaíbas, sonho que por tanto tempo fôra seu constante enlêvo.

Surgiram, assim, como já se disse, dispersas pela imensa largueza dos sertões nortistas e em chãos maranhenses, numerosas aldeias cristianizadas, que eram poderosos centros de atração demográfica onde, sob a égide de Cristo, reuniam-se e se amalgavam nativos oriundos, por vezes, de tribos as mais diversas. Em alguns casos, até mesmo nações indígenas, extremadas por fundos antagonismos, voluntariamente se vinham aposentar à sombra dos padres.

Hábeis condutores de homens, êles sabiam harmonizar as divergências e apagar os ressentimentos pessoais de seus pupilos, assegurando, assim, a manutenção da disciplina e da justiça.

Os campanários, muitas vezes apenas simbólicas, das pobríssimas igrejas de palha e de taipa, que se alteavam entre as rústicas moradas dos nativos, ou os simples cruzeiros, erguidos no páteo das aldeias, passaram a ser também aqui o símbolo de coesão. Em derredor dêle se irmanavam tôdas as vontades, todos os sentimentos e tôdas as aspirações morais, solidariedade psicológica que sempre foi a verdadeira base da vida social e que dava à comunidade indígena a necessária firmeza.

Cada um dos novos núcleos de população cristã exerceria, outrossim, papel de verdadeiros laboratórios de adaptação social. Aí o homem americano, modificando os costumes e melhorando o precário sistema de vida a que estava afeito, podia ascender aos estádios superiores da civilização, sem os constrangimentos exercitados pelos conquistadores brancos em geral.

É verdade que, em alguns casos, a ação missionária restringia-se, conforme observa Paulo Le Sourd, sobretudo e quase ùnicamente, ao batismo conferido e à palavra pregada a populações, consideradas, pelos próprios religiosos, não sòmente como retardadas mas, igualmente, muito inferiores aos povos da Europa. De ordinário, a atuação dos padres catequistas foi no sentido de moralizar e disciplinar e também, de certo modo, de educar os nativos. Isso fez das aldeias cristianizadas verdadeiros focos irradiadores de progresso e, ao mesmo tempo, centros de resistência lusitana contra as investidas imperialistas dos inimigos de Portugal.

Com o caminhar da expansão missionária, surgiram, amiudando-se desde logo, dificuldades e atritos entre os membros das ordens que apostolavam na Amazônia.

Eram, é certo, meros conflitos de alçada, simples choques de interêsses espirituais, descorrentes do próprio exercício da catequese, mas, nem por isso, menos acerbos.

Prevendo a repercussão desfavorável que tais acontecimentos poderiam ter no campo missionário, onde já eram grandes os exclusivismos e as intransigências dos padres, interveio a metrópole para metodizar o serviço de doutrinação dos nativos e limitar a zona de atividade e influência de cada uma das congregações religiosas sediadas no Extremo Norte.

Nesse intúito, publicaria o govêrno a C.R. de 19 de março de 1693, determinando aos jesuitas, a quem excepcionais franquias haviam permitido operar em quase

todo o vale, (90) que restringissem seus trabalhos de exangelização às terras da margem direita do Amazonas.

O teor da C.R. que distribuia os encargos da catequese às diferentes Ordens Religiosas, na parte referente aos inacianos, é assim concebida, "Aos Pes. da Companhia mando assinalar por distrito tudo o que fica para o Sul do rio das Amazonas terminado pela margem do mesmo rio e sem limitação para o interior dos sertões, por ser a parte principal de maiores consequências do Estado com a razão de serem os mais antigos nele e da grande atenção que merecem as suas grandes virtudes".

Aos franciscanos capuchos de S. Antônio e aos da Piedade entregava o govêrno, pela mesma lei, a ilha de Marajó e a margem esquerda do Amazonas "com suas correntes de água", desde o oceano até perto do rio Urubu, que, com o Negro, compunha outra divisão oferecida mais tarde aos jesuitas.

Aos frades de S. Antônio coube doutrinar os sertões do Cabo Norte, as terras compreendidas entre o Jari e o Paru e, também, a aldeia de Urubuguara, fundada pelos inàcianos.

Aos missionários da Piedade foram confiadas as aldeias do distrito de Gurupá, onde tiveram casa, e a margem setentrional do Grande Rio, não inclusa na área adjudicada aos outros franciscanos. (91)

Tendo os jesuitas rejeitado as missões do rio Negro, por acharem provàvelmente o encargo excessivo, passaram estas, por C. R. de 29 de novembro de 1694, aos mercedários e carmelitas, que, por acôrdos com a Companhia de Jesus, igualmente tomaram a si a região do Madeira. Ao citado curso dágua voltaram os sucessores de Vieira, algum tempo mais tarde. (Lúcio de Azevedo).

Aos carmelitas foi ainda confiada, em 1698, a gentilidade do Solimões. Aí dirigiram êles sete missões e no Negro, oito. (Arthur Reis)

No Maranhão, o pacífico exército missionário penetrou com os próprios povoadores europeus

Quatro frades capuchinhos da província de Paris, aliás os primeiros missionários católicos a pisarem chão do Meio-Norte, participaram, como já ficou dito, em outro capítulo, da expedição militar que, sob o comando do Senhor de La Ravardière, transpoz o Atlântico, animada dos temerários propósitos de tentar, mais uma vez, erigir, em nossas plagas, uma nova França.

E assim, iniciada a colonização, quando os destemidos aventureiros gauleses lançavam, de sociedade com os nativos, as bases da futura cidade de S. Luís, lançavam, também, aquêles religiosos, nas vizinhanças do rio Anil, os fundamentos de uma casa residencial para sede da nova comunidade franciscana.

Ao improvisado hospício, cujas paredes eram naturalmente de taipa e chão de terra batida, deram êles o sugestivo nome de Convento de S. Francisco.

---

(90) Os domínios espirituais da ordem se estendiam, já em 1661, sôbre as terras que iam do Tapajós ao Ceará, estas já pontilhadas de inúmeras aldeias missionadas.

(91) Os capuchos da Província da Piedade, franciscanos cuja casa capitular estava estabelecida na cidade do Porto, vieram participar da grande tarefa evangelizadora em novembro de 1693.

Os últimos a chegar a Belém foram os frades franciscanos da Conceição da Beira e Minho. Aparecem em fins de 1693, segundo Rio Branco, ou já na primeira década do século XVIII, em 1706, no dizer de Arthur Reis.

Sua atuação catequista foi de pouca relevância.

Graças ao esfôrço pertinaz dos frades, surgiram, outrossim, em curto espaço de tempo, duas capelas para o serviço divino e que seriam, por muito tempo, os centros da vida espiritual do nascente povoado.

Das atividades religiosas que, a pouco e pouco, se desenvolveram em tôrno daquele cenóbio, e dos resultados que alcançaram os heróicos capuchos na sua faina gloriosa de colher para Deus a alma rebelde dos nossos brasís, falam com os maiores entusiasmos os Pes. Frei Ivo d'Evreux e Frei Cláudio d'Abbeville, em suas crônicas sôbre as missões maranhenses

Dêste modo sabemos que os trabalhos apostólicos não se restringiram à ilha de S. Luís; estenderam-se, igualmente, aos selvagens da terra firme de Tapuitapera e Cumã, "de onde vinham muitos do Maranhão para ver e visitar os padres e aprender alguma coisa da santa fé."

"Não havia um só dia, acrescenta o próprio Pe. Frei Ivo d'Evreux, em que eu não recebesse novos visitantes, e que às vêzes chegavam a 100 e 120; razão pela qual não podia deixar facilmente o Forte e ir às aldeias a meu cargo, ministrar a parte espiritual."

Não foram, porém, apenas os quatro religiosos citados, os únicos missionários franceses que evangelizaram os indígenas da faixa litorânea do nosso setentrião.

Havendo o snr. De La Ravardière e seus conselheiros deliberado, apesar das ordens contrárias vindas de Paris, promover a progressiva incorporação da costa leste-oeste e mesmo dos sertões vizinhos aos domínios territoriais da nova colônia que haviam fundado, pensaram, muito naturalmente, em valer-se da cooperação prestimosa dos missionários para conquistar as boas graças dos silvícolas, donos das terras cobiçadas. A interferência dos padres lhes parecia, de certo, necessária para que a conquista continuasse a se desenvolver em ambiente de paz e de mútua cordialidade, como havia sucedido nas anteriores tentativas de expansão francesa em chãos da América Meridional. O número de missionários existente em S. Luís era, porém, demasiado pequeno para tão larga tarefa e, por isso, novos religiosos da mesma regra foram chamados de França.

Assim, cêrca de dois anos depois da chegada do grosso da expedição francesa, em 15 de julho de 1614, aportavam ao Brasil mais um grupo de 18 capuchinhos que, vindos sob a chefia de Frei Arcanjo de Pembrock, pouco se demorariam em nosso país.

Nesse meio tempo, o perigo iminente de perder uma parte considerável do território colonial havia tirado de sua criminosa inércia os dirigentes portugueses, espicaçando neles os ardores guerreiros e patrióticos. Como nos outros pontos do nosso praial oceânico, os franceses sofreram reveses espetaculares, sendo afinal obrigados a assinar uma capitulação pouco honrosa.

Derruidos, dêsse modo, os sonhos imperialistas do snr. de La Ravardière, malgrado a hábil política que sempre seguira em relação aos indígenas, solidarizaram-se os religiosos capuchinhos com o chefe vencido, com êle retornando espontâneamente para a Europa. Partiram, sem dúvida, desiludidos, como tantos outros compatrícios seus, assim religiosos como leigos, do paraíso que lhes haviam prometido naquele recanto da costa brasileira, mundo para êles estranho, e hostil, mas onde contavam talvez encontrar horizontes largos para a sua atividade benfazeja.

Os esforços da família franciscana em prol da catequese dos indígenas maranhenses nem por isso se baldaram inteiramente.

Depois da partida dos missionários franceses, o serviço da catequese e a assistência religiosa aos nativos já cristianizados — cujo número, segundo nos informa o historiador Cândido Mendes de Almeida, ascendia a 20 000 — ficaram com dois frades capuchos de S. Antônio, Pes. Frei Cosme de S. Damião e Pe. Frei André da Natividade, que haviam acompanhado a expedição de Jerônimo de Albuquerque.

Êstes assumiram igualmente o encargo de cuidar dos católicos franceses que, com a anuência das autoridades reinóis, iriam permanecer no Maranhão por nele se haverem radicado, contraindo matrimônio com nativas brasileiras.

Para assistir os soldados luso-brasileiros, em ação no Meio-Norte contra os franceses, tinha vindo, também, até S. Luís, na frota de Alexandre de Moura, um grupo de quatro religiosos, dois dos quais eram Carmelitas, frei Cosme da Anunciação e frei André da Natividade, e dois jesuitas, os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, que deixam S. Luís, em 1618. (92)

Rocha Pombo, relatando a chegada ao Maranhão dêsses heroícos pregadores do evangelho, diz textualmente: "Foram todos igualmente recebidos pelos frades franceses, com muitas provas de respeito, e, talvez com alegria e desafogo, pois os pobres homens estavam ansiosos de renunciar ali o seu encargo; parece mesmo que as condições da conquista já não eram favoráveis, desde aquêles dias, à ação dos padres, tanto assim que os Franciscanos se retiram para o sul (93) e os Jesuitas só não fizeram o mesmo a empenhos de Alexandre de Moura".

Com a partida dos Franciscanos, que talvez achassem o clima da terra impróprio à expansão missionária, ficou, pois, o exercício da exangelização dos nativos entregue aos jesuitas e aos carmelitas, que retomariam igualmente, logo a seguir, a obra de culto nas igrejas de S. Luís e nas capelas que iriam a surgir pelos arredores da vila. Êles iriam, pois, com seu inexcedível zêlo apostólico, igualmente concorrer para a reconstituição dos sentimentos morais e do espírito religioso dos colonos, porventura mais rebeldes à palavra de Deus do que os próprios filhos da terra.

A ação missionária desenvolvida pelos religiosos do Carmelo em terras maranhenses e os frutos que nela colheram, são pouco conhecidos em seus detalhes. Sabe-se, porém, graças às pesquisas incessantes e minuciosas do Pe. Serafim Leite, que a obra jesuística foi sistemática e brilhante.

Teve, sem dúvida, seus desfalecimentos e mesmo seus pequenos colapsos, mas dêles sempre ressurgia revigorada e, portanto, cada vez mais eficiente.

A ausência dos Capuchinhos seria, porém, de duração relativamente curta.

Entre 1º de março de 1618 e fevereiro de 1619, pedia, com efeito, el-rei — diz-nos frei Manuel Severim de Faria, em sua História Portuguêsa — aos religiosos de S. Antônio que fundassem uma Nova Custódia no Maranhão, sendo por êles atendido.

---

(92) Aos Pes. Manuel Gomes e Diogo Nunes sucederam, à frente das missões maranhenses, os Pes. Luís Figueira e Benedito Amodei, em março de 1622. Êstes, por sua vez, foram substituidos pelos pes. Lopo do Couto e um coadjutor, em 1624. Vinte e cinco anos depois, 1649, houve o primeiro colapso na ação missionária desenvolvida pelos jesuitas no Extremo-Norte, e que durará até a chegada dos companheiros de apostolado de Vieira, em 1653.

(93) Os Pes. Franciscanos foram ocupar o hospício construído pelos pes. capuchos ou barbadinhos franceses, "em um belo e agradável lugar junto do mar e que devia ser, mais tarde, entregue aos jesuitas por ordem do Cap.-Mor Antônio Muniz Barreiros para alí edificarem seu colégio" e junto dêle a Igreja da Companhia de Jesus (Paranduba).

Assim, cinco anos depois, em agôsto de 1624, novamente apareciam em terras Maranhenses os religiosos capuchinhos. Vinham, sob a direção de Frei Cristóvão Severim ou de Lisbôa, desincumbir-se da promessa feita ao Soberano de fundar, no Norte do Brasil, uma nova província eclesiástica. (94)

Frei Cristóvão, que exerceu no Maranhão durante doze anos as funções de custódio dos seus irmãos de hábito, e que foi, mais tarde, elevado ao episcopado de Angola, deixara Lisbôa a 25 de março de 1624, viajando até Pernambuco em companhia do 1º governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho. É isso o que esclarece Studart, em seus comentários à "História Portuguêsa", de Frei Severim de Faria.

Trazia do reino dez religiosos da Província de S. Antônio, de Portugal, e, em Olinda, chamou a si mais cinco religiosos da Custódia do Brasil, seguindo todos depois para S. Luís.

(Continúa)

(94) Fundado em 1585 e elevado à província em 1657. Cêrca de cem anos depois, as casas portuguêsas tinham no norte do Brasil — a Província de S. Antônio de Portugal, um Convento em Belém e mais sete no Pará; a da Imaculada Conceição, de Portugal, um hospício no Grão-Pará e dez missões; a província de N. S. da Piedade, dois hospícios no Pará e dez missões. Infelizmente com o número dos religiosos não cresceu o espírito religiosos e missionário e por isso as missões franciscanas não poderam apresentar maiores resultados no campo da evangelização. (Pe. F. Fidelis "Capuchinhos em Terra de Santa Cruz").